

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

Felipe Cavalcante Libório

Marx, Engels e Tocqueville: a pobreza no pensamento social do século XIX

Manaus - Amazonas

2021

Felipe Cavalcante Libório

Marx, Engels e Tocqueville: a pobreza no pensamento social do século XIX

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Pinto Gil

Manaus - Amazonas

2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L696m Libório, Felipe Cavalcante
Marx, Engels e Tocqueville : a pobreza no pensamento social do século XIX / Felipe Cavalcante Libório . 2021
71 f.: 31 cm.

Orientador: Gilson Pinto Gil
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Pobreza. 2. Sociologia clássica. 3. Pensamento social. 4. Marxismo. I. Gil, Gilson Pinto. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Felipe Cavalcante Libório

Marx, Engels e Tocqueville: a pobreza no pensamento social do século XIX

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do título de mestre no Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Amazonas.

Apresentado em: ____/____/____

Banca examinadora

Prof. Dr. Gilson Gil (Orientador)

UFAM

Prof. Dr. Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho

UFAM

Profª. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas

UFAM

Manaus - Amazonas

2021

“... sou um dos que pensam e afirmam ser possível destruir a miséria. Percebam, cavalheiros, eu não estou dizendo ‘reduzir’, ‘aliviar’, ‘limitar’, ‘controlar’, eu disse destruir. A miséria é uma doença do corpo social assim como a lepra era uma doença do corpo humano; a miséria pode desaparecer assim como a lepra desapareceu. Destruir a miséria! Sim, isso é possível.”

Victor Hugo em discurso à Assembleia Legislativa, 9 de julho de 1849.

RESUMO

LIBÓRIO, Felipe. **Marx, Engels e Tocqueville: a pobreza no pensamento social do século XIX**. Manaus, 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

A pobreza é um tema fortemente presente nas ciências sociais, ainda que a própria definição do termo seja motivo de discussão. Em busca de uma compreensão mais profunda das origens do pensamento social acerca desse fenômeno, buscamos na literatura do século XIX os primeiros trabalhos que traziam a pobreza como objeto primordial. À guisa de introdução, fizemos um levantamento das “leis dos pobres” na Inglaterra, primeiras tentativas de tipificar e controlar o problema que hoje conhecemos como pobreza. Em seguida, procedemos ao exame das obras de Marx, Engels e Tocqueville em busca de suas reflexões e proposições acerca da pobreza nas sociedades europeias de sua época. Observa-se que, enquanto os escritos de Tocqueville têm um caráter mais descritivo e suas reflexões sobre o tema refletem com fidelidade o pensamento dominante em sua época, Marx e Engels buscam uma teorização mais profunda e avançam em direção a uma nova escola de pensamento que não apenas trata da pobreza, mas do destino de toda a classe trabalhadora. Tais diferenças se explicam principalmente pelas escolhas epistemológicas e metodológicas dos autores, estando Tocqueville alinhado a uma tradição liberal democrática e Marx e Engels ao nascente socialismo que ambos classificavam como “científico”.

Palavras-chave: Pobreza. Sociologia clássica. Pensamento social. Marxismo.

ABSTRACT

LIBÓRIO, Felipe. **Marx, Engels e Tocqueville: a pobreza no pensamento social do século XIX**. Manaus, 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Poverty is a heavily discussed topic in the social sciences, with its definition itself being a subject of debate. In pursuit of a deeper understanding of the origins of social thought regarding this phenomenon, we delve into 19th-century literature, examining the earliest works that focused on poverty as a primary subject. As an introduction, we survey the "poor laws" in England, the initial attempts to classify and address the issue now known as poverty. Subsequently, we analyze the works of Marx, Engels, and Tocqueville, seeking their reflections and propositions concerning poverty in European societies of their time. It is observed that while Tocqueville's writings are more descriptive and faithfully reflect the dominant thinking of his era, Marx and Engels pursue a deeper theorization, advancing toward a new school of thought that not only addresses poverty but the fate of the entire working class. These differences are primarily explained by the authors' epistemological and methodological choices, with Tocqueville aligned with a liberal democratic tradition and Marx and Engels with the emerging socialism they both termed "scientific."

Palavras-chave: Poverty. Classical Sociology. Social Thinking. Marxism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 A REGULAÇÃO DA POBREZA	13
3 KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS	22
3.1 ENGELS E A CLASSE TRABALHADORA NA INGLATERRA	22
3.2 MARX E OS PROLETÁRIOS E CAMPONESES	26
3.3 A CRÍTICA ECONÔMICA	28
3.3.1 TRABALHO E PROPRIEDADE PRIVADA	28
3.3.2 MERCADORIA E LUCRO	31
3.3.3 SALÁRIO E POBREZA	34
3.4 CRÍTICA SOCIAL	36
3.4.1 SOCIEDADE DIVIDIDA EM CLASSES	36
4 ALEXIS DE TOCQUEVILLE	43
4.1 DEMOCRACIA E IGUALDADE	44
4.2 PROPRIEDADE E LIBERDADE	47
4.3 DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE	51
4.3.1 O PAPEL DO ESTADO: CARIDADE X POUPANÇA	56
4.4 A CONTRIBUIÇÃO DE TOCQUEVILLE	58
CONCLUSÕES	59
REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, diversas sociedades experimentaram a fome, a escassez e a miséria e nenhum governo ou Estado esteve isento de ser chamado a dar uma resposta a esses problemas.

No entanto, a pobreza como a conhecemos hoje é um fenômeno típico de nossa época, inerente ao processo de desenvolvimento do sistema capitalista. Nas condições atuais, a pobreza não se trata de um período marcado por eventos específicos, como guerras ou epidemias, mas de um estado permanente de incapacidade de satisfação das necessidades humanas básicas experimentado por milhões de pessoas.

Embora o termo pobre tenha sido utilizado no passado em diversos momentos, ele designava um espectro amplo de pessoas que não necessariamente viviam na miséria ou experimentavam a escassez. Durante seu domínio, a nobreza considerava pobres todos aqueles que não tinham renda suficiente para sustentar seu ócio, ou seja, a massa da população, estivesse ela em necessidade ou não.

A pobreza contemporânea trata-se de um fenômeno diferente daquele vivido por camponeses, escravos e outras classes subalternas ao longo da Idade Média e da Antiguidade. Mesmo os "vagabundos" e pedintes, que atraíam a atenção dos governos desde o início da Idade Moderna, viam-se condenados à indigência por motivos que geralmente envolviam a incapacidade de trabalhar ou arrendar a terra.

O pobre contemporâneo, no entanto, é de modo geral um "homem livre" que opera instrumentos com potencial para produzir riqueza em grandes proporções, mas que vive aviltado pela privação de toda espécie.

A partir do século XIX, o interesse por descrever e teorizar a pobreza surgiu em paralelo ao processo de universalização do sistema capitalista na Europa e consequente expansão de seus efeitos. Seja na prosa de Victor Hugo e seu "homem dos bairros"¹ de Paris,

¹ HUGO, Victor. **Os Miseráveis**. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2017.

no heroísmo imputado por Baudelaire ao “espetáculo da vida mundana e de milhares de existências desordenadas; vivendo nos submundos de uma grande cidade — dos criminosos e das prostitutas” (BENJAMIN, 2000), na cuidadosa descrição dos bairros operários da Inglaterra feita por Engels (2010), ou nas reflexões de Tocqueville (2003, 2019) acerca das leis dos pobres, a pobreza como fenômeno social ganha o interesse de estudiosos, filósofos e escritores.

Inicialmente, ela chama a atenção pela insalubridade e dureza das condições de vida às quais eram submetidas as classes trabalhadoras. Abundam as descrições das estruturas que abrigavam a maior parte da população e sua completa falta de espaço, higiene, arejamento e privacidade. Ao mesmo tempo, o vício, o analfabetismo e a rispidez dos costumes mostravam seres humanos brutalizados pelo meio que os cercava.

Tais observações, a partir dos olhos acostumados à vida burguesa, eram feitas com ares de espanto e descoberta, sempre em comparação com o modo de vida nobre e refinado das classes dominantes. Nas grandes cidades europeias, os ideais superiores do Iluminismo e do Liberalismo, de libertação do homem de sua incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo (KANT, 1985), se chocavam com uma realidade bárbara. Não havia qualquer espaço para a emancipação humana em meio à miséria generalizada.

Bresciani (1982), ao se debruçar sobre as descrições sobre a pobreza em Londres e Paris mostra o encantamento e o espanto que as multidões de trabalhadores e "vagabundos" pobres despertavam em escritores, médicos, políticos e religiosos. Nessas observações, os bairros operários aparecem às classes superiores tão distantes e perigosos como as selvas da Austrália e seus habitantes tão peculiares e "bárbaros" quanto eram para os romanos as antigas tribos germânicas.

Doenças, vícios, violência e má nutrição eram apenas algumas das mazelas a grassar tais regiões nas periferias das maiores cidades da Europa. Epidemias, insurreições e confrontos com as forças do Estado eram ocorrências comuns que preocupavam governantes e pensadores, estivessem eles preocupados com as condições de vida de tais desafortunados ou apenas temerosos de que as massas fugissem do controle e se voltassem contra seus algozes.

Qualquer que fosse a abordagem, era impossível fugir à pobreza que se espalhava e aprofundava como uma lepra em Londres e Paris, as duas principais metrópoles da civilização ocidental. Para além da compaixão e do terror, essa pobreza se manifestava de maneira bastante concreta nos episódios de revolta violenta que explodiam de tempos em tempos e precisavam ser contidos pelas forças da ordem.

Ainda no século XIX, o problema das cidades e de sua massa de miseráveis permanecia a desafiar todos os esforços de contenção e controle. O grande acúmulo de riquezas nos cofres públicos possibilitado graças ao primeiro boom econômico capitalista permitiu que praticamente todas as nações europeias se lançassem em projetos megalomaniacos de reforma e higienização de suas capitais e metrópoles, seguindo com maior ou menor devoção o exemplo da Paris de Haussmann.

Como explica Benjamin,

A cidade de Paris entrou neste século com a feição que Haussmann lhe deu. Ele realizou a sua transformação da imagem da cidade com os meios mais humildes: pá, machadinha, alavanca, e coisas semelhantes. E que grau de destruição provocaram já estes instrumentos limitados! E como cresceram desde então com as grandes cidades os meios que a podem destruir! Que imagens do futuro provocam!

No início dos anos cinquenta a população de Paris começou a resignar-se à ideia de uma inevitável e grande purificação da imagem da cidade. É de supor que esta purificação, no seu tempo de incubação, poderia ter um efeito tão forte, ou maior ainda, sobre um instável espírito fantasista como o próprio aspecto dos trabalhos urbanísticos. (BENJAMIN, 2000, p. 20-21)

O objetivo, portanto, não era apenas sanitário, mas político. A nova Paris dava adeus às vielas e ruas estreitas onde tantas barricadas haviam sido erguidas em 1789 e 1848 para dar lugar a imensos boulevards onde canhões e tropas inteiras poderiam manobrar com tranquilidade (LÖWY, 2006).

O mesmo pôde ser observado em outras capitais europeias, como Viena. Após a ascensão dos liberais ao poder, a cidade se tornou epicentro não apenas do modo de vida e da política burguesa, mas também um testemunho urbanístico de seus ideais. A expressão máxima desse processo foi a *Ringstrasse*, um vasto complexo de prédios públicos e privados que separava a cidade antiga de seus subúrbios (SCHORSKE, 1981).

Ao contrário de outras cidades antigas, Viena havia mantido boa parte de suas fortificações medievais, embora os limites da cidade já houvessem há muito ultrapassado o

amplo talude artificial construído para proteger a parte antiga. Durante o reinado do imperador José II, a área chegou a ser desenvolvida em grande parte para fins recreativos, mas tudo isso mudou após a Revolução de 1848.

A Revolução de 1848, embora tenha resultado em um aumento das exigências políticas e econômicas em relação à utilização da zona de defesa, também revitalizou sua importância estratégica. O inimigo em questão agora não era um invasor estrangeiro, mas um povo revolucionário.² (SCHORSKE, 1981, p. 27)

Tal modelo teve efeito até mesmo no Brasil do início do século XX com as reformas de Pereira Passos e a demolição de cortiços, casebres e vielas ao som de “bota-abaixo” para abrir as novas avenidas da capital da jovem República.

Não parece, pois, muito casual o fato de o engenheiro encarregado da reforma do Rio ter sido justamente o Prefeito Pereira Passos, que esteve em Paris e acompanhou de perto a ampliação do novo projeto urbanístico da cidade. Pode-se deduzir, portanto, que a transformação do plano urbano da capital obedeceu a uma diretriz claramente política, que consistia em deslocar aquela massa temível do centro da cidade, eliminar os becos e vielas perigosos, abrir amplas avenidas e asfaltar as ruas. E, com efeito, a medida mostrou-se adequada: a Revolta da Vacina foi o último motim urbano clássico do Rio de Janeiro. Se o remédio foi eficaz, o diagnóstico foi exemplar. (SEVCENKO, 2018, p. 43)

O resultado, embora tenha estabelecido um padrão urbanístico seguido em parte até hoje, não foi capaz de resolver os grandes problemas representados pela urbanização acelerada. Apesar de que, para camadas da burguesia e pequena-burguesia, a reforma urbana tenha oferecido condições de vida significativamente melhores, a grande massa de trabalhadores pobres, desempregados e “vadios” em geral permaneceu condenada às regiões mais inóspitas do perímetro urbano.

Mas se observarmos hoje esses mesmos locais sombriamente descritos há duzentos anos, inevitavelmente somos levados à pergunta: para onde foi toda essa pobreza? Teria o fenômeno que tanto preocupou os pensadores de um século inteiro desaparecido por completo? Vivendo no Brasil, não precisamos ir longe para descobrir que não.

A leitura de *Planeta Favela*, de Mike Davis (2006), não deixa dúvidas de que nas cidades mais populosas do mundo contemporâneo as descrições dos bairros londrinos e parisienses do século XIX permanecem e se reproduzem com rapidez impressionante.

² “*The Revolution of 1848, while issuing in increased political and economic demands for the civilian utilization of the defense zone, also revitalized its strategic importance. The enemy in question was now not a foreign invader but a revolutionary people.*”

A transformação vivida na Europa ao longo dos séculos XVIII e XIX só chegou às nações do anteriormente chamado “Terceiro Mundo” a partir do último decênio do século XIX e se prolongou por todo o século XX. Os países pobres da América Latina, África e Ásia viveram em poucos anos aquilo que as nações do Velho Continente levaram mais de um século.

Em algumas décadas, cidades como São Paulo, Cidade do México e Buenos Aires viram suas populações mais do que dobrar no esteio de uma indústria nacional nascente. Assim como na Paris e Londres do passado, os bairros periféricos se proliferaram sem qualquer chance de contenção por parte dos seus governos. Tentativas de higienização, como as grandes demolições de cortiços no Rio de Janeiro durante o mandato de Pereira Passos, se mostraram pouco mais do que estéticas e produziram boa parte dos aglomerados urbanos que podem ser vistos até hoje.

As antigas colônias na África e Ásia, de independência mais tardia, viveram processos semelhantes a partir da metade do século XX. Em alguns casos, como o da industrialização chinesa e outros países do sudeste asiático, a urbanização mais acelerada pôde ser vista a partir da década de 1980 e permanece em franca expansão até hoje.

Todas as mazelas descritas pelos autores do século XVIII e XIX acerca de Londres e Paris podem ser verificadas nas periferias das grandes cidades surgidas no século XX. Desemprego crônico, condições sanitárias alarmantes, altos índices de violência e moradias precárias são o padrão das favelas das Américas, África e Ásia.

Mas se dispomos de tal profusão de pobreza para observar em nossos dias, qual o sentido de nos debruçarmos novamente às descrições do passado? Ainda teria o pensamento do século XIX alguma lição para os nossos dias?

Em um debate sobre a relevância dos clássicos para as ciências sociais, Jeffrey Alexander (1999, p. 24) os define como “o resultado do primitivo esforço da exploração humana que goza de status privilegiado em face da exploração contemporânea no mesmo campo”. Isto é, um clássico é uma obra que estabelece critérios básicos em uma campo de pesquisa, aos quais estudiosos contemporâneos prestam deferência ainda que tacitamente em seu trabalho cotidiano.

Tomando emprestadas as palavras de Ítalo Calvino (1993, p. 11), “Os clássicos são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes)”. É nos clássicos que encontramos a origem do pensamento sociológico atual acerca do tema da pobreza, suas fundamentações, seus avanços e (por que não?) seus erros.

Principalmente a partir dos anos 1990, vemos o próprio termo "pobreza" ser substituído na literatura por conceitos como "exclusão" e "desigualdade". Isso se dá principalmente com o avanço do neoliberalismo e a ideia de que a escassez material é fruto da ausência de oportunidades ou de rupturas sociais que podem e devem ser resolvidas a partir de políticas públicas e outros esforços estatais (WANDERLEY, 2007).

Dessa maneira, o pensamento sobre a pobreza se torna cada vez mais fragmentado e diluído entre diversas outras reflexões sobre moradia, condição de trabalho, gênero, criminalidade e assim por diante. A pobreza como experiência concreta perde força e se torna cada vez mais abstrata na produção teórica sociológica.

Neste trabalho não buscamos fazer um debate profundo ou uma leitura comparada das diversas definições e abordagens acerca da pobreza (qualquer que seja o termo utilizado para designá-la) na sociologia contemporânea. Uma reflexão dessa natureza necessita de uma pesquisa específica e com enfoque diferente do que estamos dando.

Nosso objetivo é tratar o tema da pobreza a partir de sua esfera narrativa, analisando algumas das principais reflexões sobre o tema no período em que ele surgia de modo mais destacado. Para tanto escolhemos as obras de Marx/Engels e Tocqueville, na definição de Raymond Aron (2000), três dos fundadores do pensamento sociológico e que tiveram que lidar com as contradições da sociedade europeia de sua época expressas na revolução de 1848.

Para além das descrições, desejamos observar os diferentes caminhos tomados pelos autores para explicar e oferecer possibilidades de saída a esse fenômeno que ainda hoje ocupa lugar central no debate político. Esperamos com isso contribuir para a retomada do debate sobre a pobreza como experiência viva e objetiva que, embora esteja irremediavelmente

conectada a uma miríade de outros temas na teia complexa da sociedade, pode e deve ser examinada como problema principal na pesquisa sociológica.

2 A REGULAÇÃO DA POBREZA

Durante a maior parte do feudalismo, a relação de trabalho e produção mantida entre os servos e seus senhores ou entre mestres e aprendizes gerava obrigação e interesse econômico para que os primeiros fossem socorridos em caso de doença, necessidade ou na velhice. Ainda que a liberdade fosse limitada, o equilíbrio entre oferta e procura por mão-de-obra mantinha a maioria dos servos e trabalhadores atrelada a um local de trabalho durante longos períodos que podiam durar até uma vida inteira.

Ao mesmo tempo, a Igreja desempenhava papel fundamental no atendimento aos doentes e no alívio à pobreza com seus hospitais, sanatórios, leprosários e demais casas de acolhimento a órfãos, viúvas, deficientes físicos e idosos. Essa função era vista como natural às instituições religiosas e a miséria à época não era considerada um vício social ou desvio moral, mas algo tão natural e imprevisível quanto a própria doença.

Embora o funcionamento dessas instituições tenha variado conforme o local e o tipo de relação de trabalho existente, com sobressaltos durante guerras e catástrofes naturais, somente a partir do século XIV a pobreza passou a se apresentar como problema social e precisou ser regulada pelos poderes estabelecidos (QUIGLEY, 1997).

Na Inglaterra, a Peste Negra reduziu a população da Europa em quase um terço entre 1348 e 1349, sendo a mortandade consideravelmente maior entre os trabalhadores e servos. Em um período muito curto, o que se viu foi a falta generalizada de mão-de-obra ao passo que a demanda por pessoas para cultivar a terra e produzir ferramentas, roupas e outros produtos se manteve alta. Em posição mais favorável para barganhar seus pagamentos, os remanescentes viram afrouxar suas amarras sociais e econômicas e passaram a vagar pelo país pedindo esmolas ou buscando trabalhos temporários melhor remunerados.

Mais do que um problema social, esse afrouxamento das relações entre produtores e proprietários indicava um desequilíbrio repentino na balança econômica a favor dos primeiros. Tal desequilíbrio não ameaçava apenas os ganhos dos senhores da terra e mestres

de ofício, mas colocava em risco toda a ordem social estabelecida e escancarava os sintomas de um sistema já adoecido e em vias de substituição pelo mercantilismo que florescia.

A resposta veio com o primeiro "Decreto dos Trabalhadores" (*Ordinance of Laborers*), publicado em 1349 e ampliado em 1350 por Eduardo III. Entre outras disposições, determinava que homens e mulheres com menos de 60 anos e fisicamente capazes deveriam ser obrigados a trabalhar para quem quer que necessitasse de mão-de-obra e tornava proibido dar-lhes esmolas. Os salários pagos também eram regulados e deveriam estar obrigatoriamente nos mesmos níveis dos anos anteriores à peste e era proibido abandonar um posto de trabalho antes do tempo acordado (INGLATERRA, 1349).

Outra medida importante do decreto foi a tentativa de regular os preços dos itens essenciais, determinando que eles fossem vendidos a um preço "razoável", ou seja, os preços anteriores à peste. No ano seguinte, a ampliação tornou as normas ainda mais restritivas: obrigava os trabalhadores a aceitarem contratos anuais em vez de diários, determinava exatamente quanto cada um deveria ganhar por dia e forçava os servos a se manterem na mesma propriedade por longos períodos.

Na prática, essas leis davam aos patrões, senhores e mestres um poder legal muito maior para lidar com sua mão-de-obra e consideravam os trabalhadores, os "vagabundos" e os que pediam esmola de forma muito parecida. Daí a necessidade de obrigá-los a trabalhar e criar laços com a terra e com seus empregadores para evitar que se entregassem à mendicância, ao ócio ou à vadiagem (QUIGLEY, 1997).

O Decreto dos Trabalhadores, portanto, tinha como objetivo muito mais a regulação do trabalho e de quem podia ser considerado apto ou não a ele do que de fato enfrentar o problema da pobreza. Embora proibisse as esmolas àqueles que fossem fisicamente capazes de trabalhar e tentasse controlar os preços para evitar a fome e a carestia, ele em nada alterava o tratamento dado aos que de fato eram incapazes de se sustentar e dependiam da caridade pública ou religiosa.

Em 1531 o parlamento inglês editou uma nova lei regulando a punição a "pedintes e vagabundos", que haviam se tornado um problema gigantesco para o país. Segundo os

registros, o número de pobres registrados na Inglaterra em 1920 já oscilava entre 13% e 20% da população (QUIGLEY, 1997).

O empobrecimento teve como causa principal as mudanças econômicas que o continente europeu vinha enfrentando. Na Inglaterra, um número cada vez maior de propriedades passou a criar ovelhas para produzir a lã que alimentaria a nascente indústria têxtil. Como resultado, servos e arrendatários eram expulsos das terras em que trabalhavam e produziam seus alimentos.

Essa movimentação reforçou o comportamento errante desses pobres, que já não podiam mais se sustentar nas terras onde haviam vivido por anos ou mesmo durante a vida toda. A esses "pedintes e vagabundos" eram imputados os roubos, assassinatos e outros crimes que se tornavam cada vez mais comuns, o que dava base aos poderes para agir em direção à sua supressão.

A principal obrigação imposta pela lei aos oficiais locais foi a busca ativa de pedintes em sua jurisdição. Uma vez encontrados, cabia aos poderes locais determinar se os indivíduos teriam permissão para viver de esmolas - o que só era permitido aos idosos e fisicamente incapazes -, os quais receberiam uma autorização por escrito indicando a área dentro da qual estavam autorizados a pedir. Aqueles que eram fisicamente capazes de trabalhar eram açoitados publicamente e em seguida mandados de volta para seu local de origem a fim de buscar trabalho.

Se a lei de 1531 tinha como principal objetivo tornar mais claros os critérios a respeito de quem podia ou não viver da caridade pública e de esmolas, a emenda de 1536 foi mais além no sentido de tornar público o sistema de alívio aos pobres que até então era restrito às instituições religiosas e à ação individual.

A mudança se deu no mesmo momento em que o rei Henrique VIII rompia com o Vaticano e iniciava a reforma protestante na Inglaterra. Como as instituições de alívio aos pobres e doentes eram em grande medida administradas pela Igreja, tornava-se necessário substituí-las por um sistema "laico" e sob responsabilidade civil. As consequências foram devastadoras: em pouquíssimo tempo milhares de pessoas se viram desassistidas e precisaram recorrer à mendicância para sobreviver.

Uma emenda à lei de 1531, publicada cinco anos mais tarde, exortava os governos a incentivarem doações e garantir que os pobres, doentes, idosos e necessitados fossem assistidos de modo a não precisarem pedir. Para tanto, foi proibido dar esmolas diretamente aos pobres. Qualquer doação deveria ser depositada em um fundo público administrado pelos poderes locais.

Mais tarde, em 1563, a rainha Elizabeth I publicou o “Estatuto dos Artífices”, uma lei que abolia as regulações anteriores e as substituía por uma única legislação para todos os estágios do trabalho. A nova lei também fazia um controle estrito do trabalho e determinava tetos salariais, além de tornar o trabalho obrigatório a homens e mulheres solteiras. Na ausência de um trabalho fixo, os desempregados eram indicados a trabalhos compulsórios em suas áreas de ofício, nos campos ou, no caso de jovens abaixo de 21 anos, como aprendizes não remunerados.

Além disso, ninguém podia abandonar sua localidade sem permissão por escrito nem ser contratado sem um documento garantindo que foi dispensado por seu antigo patrão ou senhor. As horas de trabalho e refeições também foram estritamente determinadas.

Em 1601, Elizabeth I publicou uma lei referente àqueles incapacitados para o trabalho que se tornou fundamento da Lei dos Pobres na Inglaterra. As principais mudanças foram a cobrança de impostos para “alívio da pobreza”, o que significava tanto o cuidado aos pobres e doentes quanto a compra de materiais para que os desempregados pudessem realizar seus ofícios compulsoriamente.

Mas o princípio mais importante da nova lei era colocar a responsabilidade pelos doentes, deficientes físicos, idosos e incapacitados primordialmente sobre a família. Dessa forma, avós eram responsáveis pelo sustento de seus netos caso os pais não possam garanti-lo e vice-versa. Somente nos casos em que isso não fosse considerado possível os governos locais deveriam intervir para tomar as crianças e colocá-las como aprendizes de quem quer aceitasse.

Algumas mudanças foram aplicadas em 1697, como a possibilidade de “deportação” dos pobres de uma localidade para a outra e a obrigação de usar uma letra “P” no ombro àqueles que viviam do auxílio aos pobres. Essas novas regulações refletiam uma mudança na

forma como os pobres eram enxergados, colocando a responsabilidade por sua condição sobre eles próprios.

Ao mesmo tempo, a severa restrição geográfica à qual os trabalhadores eram impostos tinha como objetivo levar a Inglaterra de volta aos tempos feudais, em que era possível saber quem era o senhor responsável por cada trabalhador. Na prática, tratava-se de substituições legais ao velho sistema de servidão.

Em 1772, George I emite o “Decreto de Alívio aos Pobres”, que permitia a construção pelos governos locais de residências onde os pobres poderiam ser abrigados, supervisionados e postos para trabalhar. Além disso foram estabelecidos as internações nas “casas de correção” (*workhouses*) como substitutas ao trabalho compulsório que era realizado pelos pobres em suas próprias casas com os materiais fornecidos pelos governos locais.

Nas *workhouses* a rotina era restrita, a disciplina era exigida ao máximo e o trabalho era extenuante. Embora os governos ainda fossem responsáveis, os diretores das *workhouses* agiam sem qualquer interferência da lei ou da justiça. As condições sanitárias eram péssimas e não havia acomodações para todos, a mortalidade de crianças com menos de um ano chegou a 82% (QUIGLEY, 1997).

Embora as casas de acolhimento aos pobres (*poorhouses*) existissem desde os século XVI, elas se resumiam a poucas residências destinadas principalmente a idosos, deficientes físicos e doentes. As *workhouses* tinham como objetivo uma punição mais severa àqueles que dependiam do auxílio governamental e tinha como objetivo desencorajar os pedidos de ajuda. Ao mesmo tempo, buscavam uma fonte de lucro para os governos locais que viam os custos com o alívio aos pobres crescer cada vez mais.

Em 1782 uma reforma separou os órfãos, idosos e doentes daqueles que estavam aptos a trabalhar. Os primeiros seriam mantidos em *poorhouses* como as do passado e os segundos seriam enviados para casas de correção semelhantes às *workhouses* então vigentes.

Uma grande mudança nas leis referentes aos salários dos trabalhadores veio com o chamado “Decreto Speenhamland”, em 1795.

Colheitas ruins nos anos anteriores levaram a um aumento significativo no preço do trigo, o que puxou a inflação dos demais produtos de primeira necessidade. A carestia potencializou os efeitos dos “cercamentos”, série de leis decretadas desde o século XIII que tornaram as antigas propriedades comuns em propriedades privadas. Essas propriedades comuns eram áreas sem interesse produtivo, geralmente em terrenos rochosos ou inférteis, que restavam à margem do sistema feudal e eram usados de modo comum pelos camponeses sem terra.

Conforme a criação de ovelhas para a produção tomava o lugar da agricultura como principal atividade econômica no campo, essas áreas se tornaram de interesse e passaram a incorporar grandes extensões de terra particular. Somente entre 1760 e 1800, mais de 3 milhões de hectares de terra foram “cercados” pelo Parlamento, o que privou milhares de pequenos agricultores e trabalhadores do campo de uma fonte de alimentos e renda que funcionava indiretamente como alívio à pobreza, sem que precisassem recorrer às leis dos pobres (QUIGLEY, 1997).

Nas palavras de Polanyi (2000):

Os cercamentos foram chamados (...) de revolução dos ricos contra os pobres. (...) Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas restemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões. (POLANYI, 2000, p.53)

Já no século XVI a oposição aos cercamentos assumia caráter violento e mostrava a profunda ruptura social que eles representavam, como no caso da Rebelião de Kett, em 1549. A questão dos cercamentos também seria um dos temas mais sensíveis nas tensões entre a Coroa e o Parlamento que culminariam na Guerra Civil Inglesa.

Contribuiu também para o Decreto Speenhamland o envolvimento da Inglaterra na guerra contra a França, o que reforçou o aumento dos preços. Ao mesmo tempo, os ventos revolucionários sopravam forte no Velho e no Novo Mundo após a Independência dos Estados Unidos e as Revoluções Francesa e Haitiana. O temor de insurreições populares pressionava as classes dominantes a agir.

A lei consistia em um sistema de complementação de salários em que os governos locais, através dos fundos de alívio aos pobres, suplementavam os valores pagos pelos patrões até que se atingisse um padrão pré-determinado. Variações locais tornavam compulsória a contratação de desempregados, sob pena de impostos mais altos, ou previam a contratação por parte do próprio governo para a construção de estradas e exploração de pedreiras.

Outro ponto importante é que ela revogava parcialmente o decreto de 1662 que impedia a mobilidade entre diferentes distritos. Isso significaria a possibilidade de estabelecimento de um mercado de trabalho nacional para a indústria que se fortalecia no país e se alimentava da mão-de-obra que saía do campo em direção às cidades.

Para Polanyi (2000), no entanto, o sistema de compensação salarial da Lei Speenhamland significou uma tentativa de impedir a criação desse mercado de trabalho na Inglaterra, como forma de tentar salvar o tecido tradicional da sociedade frente à Revolução Industrial galopante.

Visto desse ângulo, o sistema de abonos pode parecer um artifício maquinado pela classe dos proprietários rurais para enfrentar uma situação em que já não se podia mais negar a mobilidade física à mão-de-obra, enquanto os proprietários queriam evitar uma perturbação das condições locais, inclusive salários mais elevados, o que seria uma decorrência natural da aceitação de um mercado nacional livre para o trabalho. (POLANYI, 2000, p. 112-113)

No século XIX o sistema Speenhamland alcançou um ponto crítico. O resultado das compensações salariais era que os empregadores ofereciam salários cada vez menores, sabendo que estes seriam complementados pelo governo. Por outro lado, os grandes proprietários rurais se tornaram dependentes da força de trabalho barata e os governos locais temiam que obrigá-los a pagar o salário integral poderia criar uma crise econômica sem precedentes.

Somente em 1834 a “Reforma à Lei dos Pobres” decretada por William IV colocaria um fim ao sistema Speenhamland. Uma das principais motivações para a mudança foi o aumento dos impostos destinados ao alívio da pobreza: enquanto a população da Inglaterra dobrou entre 1760 e 1832, os tributos aumentaram 5,5 vezes no mesmo período.

Ao mesmo tempo, a nova elite industrial tinha grande interesse em pôr fim tanto ao sistema de alívio aos pobres quanto às limitações de mobilidade impostas pelas leis dos

pobres. Isso significaria um afluxo gigantesco de mão-de-obra barata diretamente para as fábricas sedentas por força de trabalho.

Em 1832, uma comissão foi organizada para rever a lei dos pobres elizabetana vigente desde 1601. Aqui é interessante ressaltar o papel que o julgamento moral em relação à pobreza desempenhou nas observações dos comissários que se ocuparam de visitar as casas dos pobres, tanto os assistidos quanto os não assistidos.

Parte das críticas ao sistema Speenhamland apontava uma degeneração na “ética do trabalho” que a falta de competitividade e a certeza do complemento salarial teria trazido. Autoridades religiosas e pensadores como Malthus faziam coro a essas críticas e as observações dos comissários demonstram um esforço em separar o “pobre ideal”, que não recorre ao auxílio público e mantém sua dignidade, e o “pobre degenerado”, cuja miséria se expressa tanto em seus hábitos quanto em suas residências:

Nas casas dos pobres pedintes, encontra-se um espetáculo de miséria e desgraça (...); as crianças são sujas e não parecem estar sob qualquer controle; as roupas tanto dos pais quanto dos filhos, em nove entre dez casos, estão rasgadas, mas isso evidentemente pela falta de sequer uma tentativa de tornar seus estado diferente (...).

Nas casas dos trabalhadores que não recebem auxílio público, pode-se encontrar (eu mesmo o fiz), mesmo nas mais pobres, uma aparência de conforto (...). As crianças parecem estar sob controle; vão à escola (quando têm idade); suas roupas encontram-se remendadas e bem cuidadas, a fim de que durem o máximo possível; há um senso de moralidade e dignidade facilmente percebido (...).³ (INGLATERRA, 1834, p.89)

A comissão fez uma série de recomendações ao Parlamento, que respondeu rapidamente com o “Decreto de Emenda à Lei dos Pobres” de 1834. Em seus 110 artigos, a nova legislação previa a uniformização de normas e sistemas de alívio à pobreza em todos os distritos, restituía as *workhouses*, determinava que os pobres desempregados recebessem menos auxílio que os empregados e eliminava o que ainda havia do sistema Speenhamland.

³ *In the pauper's habitation you will find a strained show of misery and wretchedness (...); the children are dirty, and appear to be under no control; the clothes of both parents and children, in nine cases out of ten, are ragged, but evidently are so for the lack of at least the attempt to make them otherwise (...).*

In the habitation of the laboring man who receives no parish relief, you will find (I have done so), even in the poorest, an appearance of comfort (...). The children appear under parental control; are sent to school (if of that age); their clothes you will find patched and taken care of, so as to make them wear as long a time as possible; there is a sense of moral feeling and moral dignity easily discerned (...).

Em resumo, o que a lei de 1834 fez foi consolidar uma visão moralista e punitivista em relação à pobreza. Todos os seus movimentos foram em direção a tornar o auxílio menos atrativo e forçar os trabalhadores ao trabalho, sob pena de serem internados nas *workhouses*, que, a despeito de regulações para tentar evitar o desastre sanitário que foi a primeira experiência, tinham poucas diferenças em relação a prisões comuns.

Para Polanyi (2000), trata-se da consolidação do mercado de trabalho que o sistema Speenhamland tentava evitar:

Se durante a vigência da Speenhamland cuidava-se do povo como de animais não muito preciosos, agora esperava-se que ele se cuidasse sozinho, com todas as desvantagens contra ele. Se a Speenhamland significava a miséria da degradação abrigada, agora o trabalhador era um homem sem lar na sociedade. Se a Speenhamland havia sobrecarregado os valores da comunidade, da família e do ambiente rural, agora o homem estava afastado do lar e da família, arrancado das suas raízes e de todo o ambiente de significado para ele. (POLANYI, 2000, p. 106)

A reforma de 1834 significou o fim da última amarra que ainda continha o desenvolvimento da economia de mercado e até o reconhecimento dos sindicatos, em 1870, as massas pobres de trabalhadores, desempregados e subempregados não gozaram de qualquer proteção legal frente à exploração e a miséria que inundaram suas vidas.

Outra conquista imposta pelas novas classes dominantes sobre os trabalhadores diz respeito aos aspectos mais corriqueiros da vida comum. As mudanças nas leis dos pobres marcaram também uma mudança radical na forma de se organizar o trabalho e, conseqüentemente, os trabalhadores. A novidade não consistia no trabalho coletivo ou na divisão do trabalho, características que podem ser observadas nas sociedades de todas as épocas, mas na relação mantida entre o trabalho e a vida.

Um dos marcos dessas mudanças foi a difusão dos relógios a partir do século XIV e as mudanças que provocaram na percepção do tempo e na organização do trabalho. Thompson (1998) explica que entre os camponeses a forma mais comum de se orientar em relação ao tempo era com base nas tarefas a serem realizadas durante o dia de trabalho. Esse tipo de orientação demonstra uma separação bastante delgada entre o trabalho e a vida, uma vez que o indivíduo se ocupa, acima de tudo, daquilo que é uma necessidade.

Embora essa seja uma noção adequada para a vida no campo, a implantação da indústria na Europa, principalmente a partir da Inglaterra, exigia uma mudança completa na

gestão do tempo e na relação que os trabalhadores mantinham com ele. Nas palavras de Thompson, “aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência” (1998, p.272).

A relação entre patrão e empregado, mesmo no campo, acelerou a submissão do tempo às horas do relógio. O empregador compra o tempo de seus trabalhadores e deve tomar todas as medidas necessárias para que esse tempo não seja desperdiçado. A tarefa deixa de ser o mais importante e quem passa a deter valor monetário é o próprio tempo

Esse ritmo irregular do tempo e do trabalho, alternando entre atividades intensas e ócio, é padrão quando os homens detêm algum controle sobre seu próprio trabalho. Era o caso principalmente entre artesãos e permanece comum ainda hoje entre trabalhadores autônomos, artistas e profissionais liberais.

Com os cercamentos e, mais tarde, a mecanização do trabalho, esse controle é retirado e o trabalhador passa a ter seu dia regido integralmente pelo ponteiro do relógio. Ponteiro, aliás, que a partir da Revolução Industrial passa a contar, além das horas, os minutos e segundos.

Assim, tanto os cercamentos quanto o desenvolvimento agrícola se preocupavam, em certo sentido, com a administração eficiente do tempo da força de trabalho. Os cercamentos e o excedente cada vez maior de mão de obra no final do século XVIII arrojavam a vida daqueles que tinham um emprego regular. Eles se viram diante da seguinte alternativa: emprego parcial e assistência aos pobres, ou submissão a uma disciplina de trabalho mais exigente. Não é uma questão de técnicas novas, mas de uma percepção mais aguçada dos empregadores capitalistas quanto ao uso parcimonioso do tempo.
(THOMPSON, 1998, p. 286)

A própria remuneração dos trabalhadores sofre uma grande mudança e a partir do século XIX o pagamento dos salários se torna semanal em vez de ser realizado a cada tarefa conforme a sua necessidade.

É verdade que essas mudanças, juntamente com o avanço da técnica, foram responsáveis por grande parte da produtividade que a indústria inglesa alcançou a partir do século XVII e, principalmente, no século XIX. Enquanto a riqueza acumulado com o imperialismo ao longo de séculos oferecia o capital necessário para a implantação das indústrias e o fogo dos canhões garantia a abertura de novos mercados para escoar a produção

dessas novas indústrias, a parte que coube ao trabalhador nessa empreitada foi colocar à mesa o pouco controle que ainda tinha sobre sua vida e seu trabalho.

A pobreza, no entanto, permaneceu como problema fundamental na Inglaterra, coração do capitalismo, e nos países onde o sistema se desenvolvia sem que nenhuma legislação tenha sido capaz de resolver ou de fato mitigar o problema. Ao mesmo tempo, ela jamais foi um elemento social que pudesse ser ignorado e, apesar de sua maior ou menor abundância a depender da época, jamais pôde ser completamente naturalizada.

Essa característica atravessou séculos e inspirou, além das inúmeras legislações, desde as lendas de Robin Hood até a literatura de Dickens e Victor Hugo. O pensamento social que nascia no século XIX também não pôde se esquivar do tema e o que vemos nas obras de Malthus, Engels, Tocqueville e Marx são tentativas mais ou menos radicais de teorizar e apontar um caminho para sua resolução de modo global.

3 KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS

3.1 O SOCIALISMO CIENTÍFICO

Para entender a obra que lançou as bases e desenvolveu grande parte do que hoje conhecemos como marxismo é fundamental entender a trajetória intelectual de Marx e Engels.

Embora tenham sido dois de seus maiores expoentes no século XIX, os autores não podem de modo algum ser confundidos com “fundadores” ou mesmo “pioneiros” do socialismo na Alemanha e muito menos na Europa. Sua própria adesão ao socialismo se deu apenas entre 1842 e 1843, enquanto a primeira obra teórica socialista de que se tem registro em alemão é de 1838, de autoria de um alfaiate chamado Wilhelm Weitling (HOBSBAWM, 1979)

Na literatura, Thomas Morus, Tommaso Campanella e vários outros autores já haviam escrito sobre sociedade ideais guiadas pela razão e pela divisão igualitária da riqueza e do trabalho entre os homens. Tais obras, comunistas ou não, eram conhecidas como “utopias” em referência ao título do livro de Morus. Entre os utópicos de maior influência sobre o pensamento marxista estão Owen, Saint-Simon e Fourier, aos quais Marx e Engels dedicam diversos trechos de seus escritos, ainda que muitos deles em tom de crítica.

A partir de comunidades religiosas antigas também se produziam relatos de um comunismo primitivo e o próprio Engels faz referências a algumas dessas comunidades cristãs e suas experiências, como é o caso dos *shakers* na América.

O estudo dessas sociedades exóticas e “primitivas” teve um notável papel na formação da crítica social no Ocidente, particularmente no século XVIII, como o atesta a tendência a idealizá-las, contrapondo-as à “sociedade civilizada”, na forma do “bom selvagem”, do camponês livre da Suíça ou da Córsega, etc. (HOBSBAWM, 1979, p. 36)

Para Engels, as raízes do socialismo científico poderiam ser encontradas no Iluminismo do século XVIII e o papel fundamental que atribuía ao racionalismo como forma de romper com as amarras políticas e filosóficas da velha sociedade feudal. Tal racionalismo significou uma abordagem crítica da sociedade e a confiança na capacidade humana de realizar mudanças substanciais capazes de produzir uma sociedade de justiça e abundância.

Mesmo Rousseau, que não pode ser considerado um comunista ou socialista mesmo em sua época, em seu pensamento colocou a propriedade privada como fonte de toda desigualdade e, embora não pareça ter influenciado Marx e Engels diretamente, foi um dos mais expressivos teóricos de um iluminismo que os autores do socialismo científico mais tarde iriam reivindicar.

Como se disse, a história sem solução de continuidade do comunismo, enquanto movimento social moderno, tem início com a corrente de esquerda da Revolução Francesa. Uma direta linha descendente liga a "conspiração dos iguais" de Babeuf, através de Felipe Buonarotti, às associações revolucionárias de Blanqui dos anos 30, e essas, por sua vez, se ligam - através da Liga dos Justos, formada pelos exilados alemães inspirados por eles, - e que depois se tornará Liga dos Comunistas, - a Marx e Engels, que redigiram sob encomenda da Liga o Manifesto do Partido Comunista. (HOBSBAWM, 1979, p.40)

Não há dúvida de que essas influências foram fundamentais para a trajetória de Marx e Engels e sua adesão ao socialismo, assim como desempenhou um papel fundamental o momento político em que ambos viveram e produziram sua obra.

Mas a contribuição fundamental dos autores consistiu, aquilo que de fato pode ser considerado marxismo, só veio após o processo de "suprassunção" (para usar o termo hegeliano mais importante para Marx) dessas influências a partir do método desenvolvido por ambos. Nesse sentido, Marx e Engels não apenas superaram seus antecessores, mas também o absorveram em sua própria teoria.

3.1.1 ENGELS E A CLASSE TRABALHADORA NA INGLATERRA

Antes mesmo de iniciar sua duradoura parceria com Marx (1818-1883), Engels (1820-1895) já havia contribuído para a teorização e a compreensão acerca da pobreza que saltava aos olhos nos bairros operários ingleses em princípios do século XIX.

Diferentemente do trabalho predominantemente teórico-ensaístico de seus contemporâneos, Engels foi *in loco* conhecer a pobreza e a miséria em que estava mergulhada grande parcela do proletariado inglês de sua época. O resultado é um trabalho que não apenas teoriza as causas da pobreza entre os trabalhadores, mas faz uma narrativa viva de suas consequências.

Logo na introdução de sua obra "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra", de 1845, Engels situa o nascimento do proletariado inglês no período imediatamente posterior à invenção da máquina a vapor e das "máquinas destinadas a processar o algodão" (ENGELS, 2010, p. 45). Tais avanços permitiram um salto na capacidade produtiva da manufatura inglesa, principalmente do setor têxtil, transformando em fábricas as antigas oficinas e em operários a maior parte dos antigos artesãos.

A explosão populacional observada nas cidades que se transformaram nos principais centros industriais da Inglaterra é apontada como causa primária do inchaço dos bairros operários, do crescimento das periferias das cidades e, conseqüentemente, das precárias condições de vida em que se via o nascente proletariado urbano (ENGELS, 2010, p. 64).

No texto de Engels, a pobreza é um fenômeno que salta aos olhos, uma moléstia que invade as paredes das casas e devora os corpos que as habitam. Sua viva descrição traz à luz um cenário de miséria tão grande que as mortes por fome são frequentes, embora inconfessadas pelas autoridades. E tudo isso em bairros próximos às grandes avenidas, praças e teatros onde se concentrava a alta sociedade londrina.

(...) aqui é difícil encontrar um vidro intacto, as paredes estão em ruínas, os batentes das portas e os caixilhos das janelas estão quebrados ou descolados, as portas – quando as há – são velhas pranchas pregadas umas às outras; mas, nesse bairro de ladrões, as portas são inúteis: nada há para roubar. (ENGELS, 2010, p. 71)

(...) incontáveis porões são usados como habitações, dos quais saem à luz do dia silhuetas de crianças doentes e mulheres esfarrapadas, meio mortas de fome. (ENGELS, 2010, p. 72)

Sempre presente está também a preocupação com as condições sanitárias em que vive essa parcela da população, com esgotos muito próximos de casas úmidas e mal ventiladas. A origem das recorrentes epidemias costumava ser atribuída a essas aglomerações urbanas e conter o avanço das doenças parecia ser o único argumento capaz de penetrar as consciências dos mais ricos e dos agentes do Estado.

Num desses pátios, logo na entrada, onde termina a passagem coberta, há um banheiro sem porta e tão sujo que os moradores, para entrarem ou saírem do pátio, têm de atravessar um charco de urina e excrementos (...).

O primeiro desses pátios chama-se Allen's Court; quando da epidemia de cólera (1832), encontrava-se em tal estado que a polícia sanitária o evacuou, limpou e desinfetou com cloro (...). (ENGELS, 2010, p. 92)

De quando em vez, diante da ameaça de epidemias, a sonolenta consciência dos serviços de higiene é despertada: então, empreendem-se incursões aos bairros operários e interditam-se inúmeros porões e casas (...). (ENGELS, 2010, p. 101)

O contraste entre a miséria dos trabalhadores e a opulência da poderosa burguesia inglesa é constante, bem como a relação de interdependência econômica entre as duas classes. Mesmo nos bairros mais pobres, a grande maioria das residências era alugada por grandes proprietários, ainda que não recebessem qualquer manutenção.

Na verdade, é impossível censurar esses *hilotas da sociedade moderna* por serem suas habitações tão sujas como os chiqueiros que se encontram de vez em quando no meio delas. Quanto aos proprietários, esses não têm nenhum pudor em alugar moradias como os seis ou sete porões que dão para o rio, logo acima da [ponte] Scotland Bridge, cujo chão está no mínimo dois pés abaixo do nível do [rio] Irk – e isso quando as águas estão baixas –, que corre a menos de seis pés de distância. (ENGELS, 2010, p. 94)

O uso do termo *hilota* é bastante interessante. Assim como os escravos espartanos provenientes dos povos derrotados, o proletariado urbano da Inglaterra era uma das peças fundamentais para o bom funcionamento da economia nacional, mas não desfrutava de suas benesses. Eram, portanto, a mão-de-obra bárbara que sustentava um modo de vida altamente civilizado.

Engels indica na mentalidade burguesa uma justificção para a situação degradante do proletariado que se relaciona com a oposição entre passado e futuro muito típica do pensamento liberal de sua época. Diante da imundice dos bairros antigos de Manchester, arguia-se que a estrutura precária decorria de sua antiguidade. Foi a industrialização, no entanto, a grande responsável pelo aprofundamento e generalização da pobreza em que viviam os que habitavam a "cidade velha".

Na "cidade nova", um esboço de plano urbanístico acabou com o traçado espontâneo e tornou ainda mais confinado o pequeno espaço entre as casas, conhecido como "pátio", prejudicando ainda mais a circulação de ar e amontoando ainda mais lixo. Este pequeno avanço da razão sobre a miséria dos bairros operários era louvado como uma "obra-prima da urbanística", embora não representasse qualquer melhoria real.

As péssimas condições de habitação impostas ao proletariado se colocam dentro de um conjunto de pressões exercido pelos mecanismos de poder econômico, manifestando-se

juntamente com os baixos salários, a ausência de qualquer seguridade social e as péssimas condições de trabalho nas próprias fábricas.

A construção de tais residências ficava a cargo de investidores e especuladores que adquiriam ou se apossavam de terrenos sem dono para construir neles casas de péssima qualidade e alugar a preços exorbitantes. A única preocupação era o potencial de lucro e não a saúde ou conforto dos inquilinos.

O operário é constringido a viver nessas casas já arruinadas porque não pode pagar o aluguel de outras em melhor estado, porque não existem moradias menos ruins na vizinhança das fábricas ou porque, ainda, elas pertencem ao industrial e este só emprega os que aceitem habitá-las. (ENGELS, 2010, p. 101)

Os que podiam trabalhar e pagar por uma dessas residências ou porões imundos ainda podia-se considerar bem-aventurados se comparassem sua sorte com a daqueles que adoeciam ou já não tinham forças para trabalhar na indústria.

Nesse rincão encontrei um homem, aparentando sessenta anos, que vivia num estábulo – construíra-o num buraco quadrangular, sem janela e com chão de terra, fizera uma espécie de catre e ali morava, com a chuva a lhe cair do teto precário; idoso e fraco para suportar um trabalho regular, sobrevivia transportando estrume num carrinho de mão – e tinha um mar de esterco diante de seu estábulo. (ENGELS, 2010, p. 104)

É claro que semelhante modo de vida só pode originar toda sorte de doenças; quando as enfermidades chegam, quando o homem – cujo trabalho sustenta a família e cuja atividade física exige mais alimentação e, por conseguinte, é o primeiro a adoecer –, quando esse homem adoecer, é então que começa a grande miséria. (ENGELS, 2010, p. 115)

Engels concentra a maior parte dos seus esforços na descrição das moradias, mas também dedica alguns parágrafos à alimentação e ao vestuário. Em todos os aspectos da vida dos trabalhadores urbanos, as terríveis condições de pobreza se repetem quase como uma extensão dos lugares habitados. O nascente proletariado inglês, vítima das rápidas mudanças econômicas, aparece como uma massa de homens e mulheres que perdeu seu sustento, foi arrancado do campo e completamente despido de toda dignidade

Paralelamente às primeiras colaborações com Marx, Engels aponta os mecanismos econômicos que condenam o proletariado e atribui à burguesia e seu modo de gerir os meios de produção a principal responsabilidade pela fome e a miséria de milhares. Aqui não se trata de um ou outro indivíduo, mas da responsabilidade de toda uma classe pela sorte de toda outra classe que dela depende.

Refletindo sobre o papel que o operário assume no sistema inglês, considera sua situação pouco diferente do escravo da Antiguidade. A principal diferença consiste no fato de que ele não seria propriedade de um único indivíduo, mas de toda uma classe, e que sua venda não se daria de uma vez, mas pouco a pouco através do salário.

No entanto, ao contrário das relações servis e escravistas presentes na Idade Média e na Antiguidade, aqui não há mais qualquer relação de cuidado, proteção ou responsabilidade entre os proprietários burgueses e seus empregados. O proletário fica, assim, condenado à própria sorte.

No fundo, para o operário, as coisas não mudaram; se essa aparência de liberdade, por um lado, oferece-lhe certa liberdade real, por outro lhe traz a desvantagem de ninguém lhe garantir a sobrevivência, de poder ser despedido pelo patrão a qualquer momento e ser condenado à morte pela fome a partir do instante em que a burguesia não interesse mantê-lo vivo. (ENGELS, 2010, p. 121)

Se antes as epidemias, guerras e catástrofes naturais estavam entre as principais responsáveis pelos surtos de fome, no nascente capitalismo inglês as recorrentes crises econômicas cumpriam a função de exponenciar a miséria da classe trabalhadora. A cada nova recessão, milhares de operários ficavam sem empregos e tinham como destino a mendicância e a caridade pública.

Toda a diferença com relação à escravatura declarada da Antiguidade consiste em que o operário moderno parece ser livre, uma vez que não é vendido de maneira definitiva, mas pouco a pouco, diariamente, semanalmente, anualmente – e não é vendido por um proprietário a outro, mas vende-se ele mesmo, porque não é escravo de um indivíduo, é escravo de toda a classe proprietária. (ENGELS, 2010, p. 121)

Engels percebe que a situação da classe trabalhadora na Inglaterra não se trata de um caso atípico, mas é o vislumbre de um sistema que estava prestes a se espalhar por todo o mundo. Da mesma maneira, o autor demonstra saber que as condições de vida e trabalho por ele observadas levariam como uma torrente as mesmas transformações sociais, econômicas e políticas que a Revolução Industrial realizou em terras britânicas.

Existem igualmente na Alemanha as causas fundamentais que produziram, na Inglaterra, a miséria e a opressão do proletariado e tais causas produzirão aqui os mesmos resultados. Entrementes, a constatação da miséria inglesa nos permitirá constatar nossa própria miséria, a miséria alemã, e nos fornecerá um parâmetro para avaliar sua extensão e a gravidade do perigo (...). (ENGELS, 2010, p. 42)

3.1.2 MARX E OS PROLETÁRIOS E CAMPONESES

Assim como Engels, Marx começou a se debruçar sobre o problema das classes pobres antes mesmo que ambos iniciassem sua parceria. Na “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, escrita em 1843, o jovem Marx traça uma longa crítica a uma das obras fundamentais de Hegel, os “Princípios da Filosofia do Direito”, de 1820. Expondo contra-argumentos praticamente a cada parágrafo, Marx não apenas demonstra um rompimento profundo com o idealismo hegeliano, mas também desenvolve uma das conclusões que viria a ser fundamental em seu trabalho futuro: a alienação e o papel do proletariado.

A introdução, escrita posteriormente e concluída em 1844, tem um tom claramente diferente do teor da obra e parece demonstrar um esboço de ensaio político. Nela ele critica a situação anacrônica do Estado alemão em comparação, principalmente, com a França, que 55 anos antes havia feito sua revolução liberal contra a monarquia. Mais importante, demonstra como o proletariado enquanto classe era o único estamento social capaz de realizar uma revolução completa na Alemanha.

A seu respeito, ele afirma:

O proletariado começa a se formar na Alemanha como resultado do emergente movimento *industrial*, pois o que constitui o proletariado não é a pobreza *naturalmente existente*, mas a pobreza *produzida artificialmente*, não a massa humana mecanicamente oprimida pelo peso da sociedade, mas a massa que provém da *dissolução aguda* da sociedade (...). (MARX, 2010, p. 156)

Essa compreensão do proletariado como resultado direto do desenvolvimento das indústrias está em sintonia com a percepção de Engels. No entanto, em contraposição ao primeiro e ampliando o pensamento do segundo, Marx vai além e situa o proletariado como classe vítima de um **empobrecimento produzido artificialmente**, algo fundamental em todo o seu pensamento.

Outro debate no qual Marx se envolveu em sua juventude, dessa vez como redator-chefe da Gazeta Renana, foi sobre a lei que tornava crime de furto que os camponeses pobres apanhassem galhos no chão para utilizar como lenha. Na prática, essa lei tratava da defesa das florestas privadas e incluía na mesma proibição a derrubada de árvores vivas e a subtração dos galhos secos caídos das árvores.

O assunto pode parecer prosaico, mas na verdade coloca em questão a própria ilegalidade dos pobres dentro do sistema jurídico burguês e sua posição de inferioridade em relação à defesa da sociedade privada.

Não há maneira mais elegante e ao mesmo tempo mais simples de derrubar o direito das pessoas em favor do direito das árvores novas. Se, por um lado, o parágrafo for aprovado, será necessário cortar uma massa de pessoas sem intenção criminosa da árvore verdejante da moralidade e lançá-la qual madeira seca no inferno da criminalidade, da infâmia e da miséria. Se, por outro lado, o parágrafo for rejeitado, haverá a possibilidade de que algumas árvores novas sofram maus-tratos (...). (MARX, 2017, p. 80)

Além de uma crítica feroz contra os erros de classificação na proposta de lei, Marx aponta o fato de que as determinações defendidas pelos legisladores levavam em conta unicamente os interesses dos proprietários das florestas sem se preocupar com os problemas e implicações legais para o próprio sistema.

Ao defender a aplicação do direito consuetudinário aos pobres, Marx explica que na verdade só eles podem de fato fazer jus a esse direito. Isso porque as classes dominantes já encontraram nas leis o reconhecimento de seus direitos, até mesmo aqueles que não são razoáveis.

O direito consuetudinário dos pobres nasce justamente às margens do direito legal de propriedade dos ricos e se expressa onde esse direito não tem interesse. No entanto, mesmo esses direitos por costume estão ameaçados sempre que a propriedade privada avança sobre os elementos que antes eram compreendidos como de propriedade pública.

Esse é o caso de um exemplo citado por Marx sobre um dos legisladores que se disse contrário à classificação de furto também ao ato de coletar frutas silvestres, o que é permitido aos filhos dos pobres para que possam vender e assim obter uma renda a mais para seus pais. A isso outro deputado respondeu que em sua região tais frutas são consideradas artigos de comércio e exportadas para a Holanda (MARX, 2017, p. 90)

Esse debate levou Marx a tirar conclusões bastante avançadas sobre o caráter das leis e do sistema legal como ponto de apoio dos interesses particulares de proprietários. De certa forma, suas reflexões anunciam o rompimento com a filosofia do direito hegeliana que se concretizaria mais tarde e também mostra o autor se questionando sobre um dos pilares do sistema de classes: a propriedade privada.

Se todo atentado contra a propriedade privada, sem qualquer distinção, sem determinação mais precisa, for considerado furto, não seria furto também toda propriedade privada? Por meio de minha propriedade privada não estou excluindo todo e qualquer terceiro dessa propriedade? Não estou, portanto, violando seu direito à propriedade? (MARX, 2017, p. 80)

3.2 A CRÍTICA ECONÔMICA

3.2.1 TRABALHO E PROPRIEDADE PRIVADA

A atuação como jornalista na Gazeta Renana (*Rheinische Zeitung*) levou Marx a ser perseguido e buscar exílio na França, onde realizou sua contribuição aos Anais Franco-Alemães e conheceu aquele que viria a ser seu amigo e colaborador até o fim da vida, Friedrich Engels. Foi o contato com Engels que levou Marx a estudar os pensadores econômicos ingleses que viriam a influenciar fortemente sua obra, principalmente durante a escrita de “O Capital”.

Durante seus estudos, Marx elaborou uma série de notas publicadas postumamente em um volume conhecido como “Manuscritos Econômico-Filosóficos”. Neles, o autor desenvolve o conceito de alienação, já trabalhado anteriormente, mas agora desenvolvido em direção a um perspectiva mais especificamente econômica.

Para Marx, o trabalho, isto é, a ação do indivíduo sobre a natureza, é aquilo que faz o homem. No entanto, o sistema de produção capitalista priva o homem do produto de seu próprio trabalho, tornando este trabalho alienado (ou estranhado). Em vez de permitir ao homem empregar seu intelecto para realizar suas aspirações, o trabalho passa a subjugar o homem e se torna trabalho forçado. Dele o homem passa a querer fugir e só se sente livre nos momento em que não é obrigado a realizá-lo.

Como explica Marx, em vez de fazer do indivíduo um ser humano, o trabalho alienado o desumaniza:

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar (...), e em

suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal.

Comer, beber, procriar etc., são também, é verdade, funções genuína[mente] humanas. Porém na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, são [funções] animais. (MARX, 2004, p. 83)

Outra importante reflexão abordada nos “Manuscritos Econômicos Filosóficos” é a dos efeitos do trabalho alienado sobre a vida do trabalhador comum.

Como vimos, Marx (2017) já havia se colocado ao lado dos camponeses pobres durante sua passagem pela Gazeta Renana. No entanto, é a partir das reflexões econômicas e, mais tarde, de seu aprofundamento na vida política que o autor desenvolveu uma compreensão própria mais sofisticada a respeito das causas fundamentais da pobreza nas sociedades modernas.

Ainda nos manuscritos, Marx afirma:

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador. (MARX, 2004, p. 82)

O primeiro e um dos mais importantes produtos da colaboração entre Marx e Engels foi “A Ideologia Alemã”, escrita em 1846, mas publicada somente em 1932. Nesta obra, Marx e Engels rompem definitivamente os laços que ainda mantinham com o pensamento hegeliano e de Feuerbach, esboçando pela primeira vez as bases do materialismo histórico-dialético que seria fundamento de toda a produção intelectual marxista dali em diante.

Como consequência direta do desenvolvimento de um materialismo histórico completamente livre do idealismo alemão que o precedeu, Marx e Engels elaboraram uma noção de trabalho que se relaciona com as necessidades materiais humanas, desenvolvidas e

ampliadas ao longo da história até alcançarem o ponto em que se encontram na sociedade moderna.

A propriedade privada — que décadas antes já havia sido duramente questionada durante a Revolução Francesa, mas mantida de pé após a forte reação burguesa contra os jacobinos — volta ao centro da discussão e é entendida por Marx e Engels, juntamente com a divisão do trabalho, como fundamento de todas as desigualdades existentes nas sociedades modernas.

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels conectam a divisão do trabalho às origens da sociedade humana, quando tal divisão se dava sob a forma de uma divisão sexual com base em disposições naturais, necessidades biológicas ou mero acaso. No entanto, ela só se torna divisão do trabalho como a conhecemos hoje a partir do momento em que ocorre a separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual. Nesse momento a consciência, antes ligada de modo indivisível ao trabalho material, torna-se livre para assumir a forma de "teoria pura" e se manifestar como filosofia, teologia, moral etc.

O resultado disso é que a atividade intelectual e a atividade material passam a se destinar a indivíduos diferentes. Da mesma maneira, ela representa também a divisão desigual dos produtos do trabalho tanto em quantidade quanto em qualidade. Por fim, a divisão do trabalho resulta na constituição da propriedade privada ou, como disseram Marx e Engels (2007, p. 37), "são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade".

Como consequência da divisão do trabalho, que modernamente se expressa na forma das profissões e ofícios, o indivíduo se torna “preso” a uma determinada função dentro do sistema de produção. Uma vez que lhe seja designada uma função, dela ele não pode escapar sob a pena de perder seu modo de subsistência.

A contradição fundamental dessa divisão estreita do trabalho é o fato de que o produto da atividade social, isto é, o produto do trabalho do indivíduo, se transforma em um “poder objetivo” que está acima do próprio indivíduo, foge de seu controle, contraria suas expectativas e aniquila sua capacidade de pensar criticamente (MARX; ENGELS, 2007).

3.2.2 MERCADORIA E LUCRO

Mais tarde, Marx desenvolverá em O Capital suas conclusões, bem como suas implicações no capitalismo. Para ele, a mercadoria, um dos fundamentos no modo de produção capitalista, só era possível graças a um aprofundamento sem precedentes da divisão do trabalho. Essa divisão, como já foi dito, não é uma invenção do capitalismo, mas sob ele se transforma e ganha uma potência jamais vista.

Tal divisão [do trabalho] é **condição de existência** da produção de mercadorias, embora esta última não seja, inversamente, a condição de existência da divisão social do trabalho. Na antiga comunidade indiana, o trabalho é socialmente dividido sem que os produtos se tornem mercadorias. Ou, para citar um exemplo mais próximo, em cada fábrica o trabalho é sistematicamente dividido, mas essa divisão não implica que os trabalhadores troquem entre si seus produtos individuais. Apenas produtos de trabalhos privados, separados e mutuamente independentes uns dos outros confrontam-se como mercadorias. (MARX, 2013, p. 120)

O trabalho envolve tanto o emprego de determinada quantidade de força e energia humana no sentido fisiológico quanto o emprego de energia mental para produzir algo que satisfaça determinada necessidade humana. O primeiro aspecto do trabalho humano é o que define o valor de troca das mercadorias, medido no tempo de acordo com a quantidade média necessária para a produção de objetos.

O segundo aspecto é o que define a utilidade de determinada mercadoria, ou seja, que necessidade humana ela está destinada a satisfazer e como ela o faz. Nesse sentido, a mercadoria é dotada de valor de uso.

Sob o capitalismo, o trabalho individual se transforma em trabalho geral, uma vez que o produto do trabalho se transforma em mercadoria de valor equivalente a determinada quantidade de outras mercadorias, ignorando seu valor de uso. Nesta relação social, pouco importa se o trabalhador tece, fia, ou desce às minas de carvão; seu trabalho torna-se abstrato e passa a ter um preço determinado pelo mercado e independente do produto de seu tempo de trabalho.

(...) o trabalho que põe valor de troca se caracteriza pela apresentação, por assim dizer, às avessas, da relação social das pessoas, ou seja, como uma relação social entre coisas. Somente na medida em que um valor de uso se relaciona com um outro como valor de troca é que o trabalho das diferentes pessoas se relaciona entre si como igual e geral. (MARX, 1982, p. 35)

Diversos valores de uso são (...) produtos das atividades de indivíduos distintos, portanto resultado de trabalhos individualmente diferentes. Mas, como valores de

troca, apresentam trabalho igual, sem diferenças, isto é, trabalho em que a individualidade dos trabalhadores se extinguiu. (MARX, 1982, p.32)

Essa forma de trabalho se distingue de outras formas predominantes, por exemplo, no feudalismo por seu caráter de gerar não mais simples produtos para consumo imediato do próprio trabalhador ou de sua família, mas de criar mercadorias que têm o objetivo de ser comercializadas por valores socialmente determinados.

Aquele que produz um objeto para seu uso pessoal e direto, para consumi-lo, cria um *produto*, mas não uma *mercadoria*. Como produtor que se mantém a si mesmo, nada tem com a sociedade. Tem que estar subordinado à *divisão de trabalho dentro da sociedade*. Não é nada sem os demais setores do trabalho, e, por sua vez, é chamado a integrá-los. (MARX, 1982, p.154)

Sob o capitalismo o dinheiro torna-se o mediador de todas as trocas de mercadorias. Dessa forma a mercadoria torna-se alienada de seu valor de uso e passa a ter um preço que representa seu valor de troca. O preço, por sua vez, é representado pelo dinheiro, que também possui uma existência enquanto mercadoria, mas nesse caso existe somente como intermediador da troca de duas mercadorias (MARX, 1982).

A venda de uma mercadoria produz uma determinada quantidade de dinheiro que é capaz de comprar tanto uma outra mercadoria de valor igual ao da que foi vendida quanto uma série de outras mercadorias com valores menores. Seja como for o processo de troca do dinheiro por mercadoria, a sua capacidade de compra estará sempre limitada ao volume de dinheiro adquirido a partir da venda da mercadoria inicial.

Embora o acúmulo de riquezas em forma de dinheiro denote uma posição social de dominância, o dinheiro em si não é capaz de produzir mais riqueza. É necessário, em algum momento do processo produtivo, que esse dinheiro se transforme em capital, ou seja, se transforme em dinheiro que produz mais dinheiro. Essa transformação, segundo Marx (2013, p. 241), não pode ocorrer no momento da revenda da mercadoria, pois a troca se limita apenas a transformar a forma natural da mercadoria em sua forma dinheiro.

É necessária uma mercadoria que, no ato de seu consumo como valor de uso, seja capaz de produzir mais riqueza.

Para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera da circulação, uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor. **E o possuidor de dinheiro encontra**

no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho. (MARX, 2013, p. 242)

Para que esse processo se dê, no entanto, é preciso que algumas condições primordiais sejam atendidas. A principal delas é que a força de trabalho precisa estar disponível no mercado também como uma mercadoria, isto é, precisa estar à venda. Isso implica que o possuidor da mercadoria força de trabalho precisa "ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa" (MARX, 2013, p. 242).

Logo, a venda dessa força de trabalho só pode acontecer por um período pré-determinado, já que a venda completa significaria a transformação do homem livre em escravo e, portanto, não mais possuidor livre da mercadoria força de trabalho capaz de colocá-la à venda. Dessa forma ele passaria de possuidor de mercadoria a uma mercadoria, como ocorria nos sistemas escravagistas.

Outro fator fundamental é que os possuidores da força de trabalho não sejam capazes de vender no mercado as mercadorias produzidas por sua própria força de trabalho. Ao contrário, eles precisam vender a força de trabalho em si, já que não possuem matéria-prima ou instrumentos de trabalho capazes de transformar sua força de trabalho em mercadorias. Quando esse indivíduo encontra um possuidor de dinheiro capaz de adquirir os meios de produção é que esse dinheiro pode transformar-se em capital.

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho. (MARX, 2013, p. 244)

Para Marx, a existência da força de trabalho como mercadoria colocada à venda por possuidores livres é o que caracteriza o modo de produção capitalista. Embora outros fatores como a própria existência de mercadorias e do dinheiro sejam comuns em maior ou menor grau a diferentes épocas e sociedades, é a venda da força de trabalho como mercadoria em si que permite ao capitalista a transformação do dinheiro em capital.

3.2.3 SALÁRIO E POBREZA

Com a generalização do trabalho assalariado, o trabalho se torna ele mesmo uma mercadoria, que, alienada de seu valor de uso, torna-se um valor de troca cujo preço também

é expresso em dinheiro. O salário representa, portanto, o valor de troca da mercadoria trabalho e torna-se limitante da quantidade de mercadorias que o trabalho será capaz de adquirir por meio de troca em determinado espaço de tempo.

Um indivíduo que participe na produção por meio do trabalho assalariado, participa na repartição dos produtos, resultado da produção, na forma do salário. A articulação da distribuição é inteiramente determinada pela articulação da produção. A própria distribuição é um produto da produção (...), pois o modo preciso de participação na produção determina as formas particulares da distribuição. (MARX, 1982, p. 11)

Ao investigar os fundamentos da economia política, tendo como base as obras de David Ricardo e Adam Smith, Marx chega à conclusão de que o trabalho é o elemento fundante do valor de todas as mercadorias.

Uma mercadoria tem um *valor* por ser uma *cristalização de um trabalho social*. A *grandeza* de seu valor, ou seu valor *relativo*, depende da maior ou menor quantidade dessa substância social que ela encerra, quer dizer, da quantidade relativa de trabalho necessário à sua produção. (MARX, 1982, P.154)

No entanto, o próprio trabalho está submetido às leis do capitalismo e também possui um valor que lhe é próprio. Marx explica que, diferentemente do que possa parecer a partir da observação empírica cotidiana, o que os trabalhadores vendem sob o capitalismo não é o seu trabalho, mas a sua força de trabalho. Essa sim pode ser quantificado em um determinado valor que se expressa em determinado preço, que é o salário.

Esse valor, assim como de qualquer mercadoria, é determinado pela quantidade de trabalho necessário para a sua produção. Como estamos falando de seres humanos e não produtos, trata-se da quantidade de trabalho necessário para produzir os alimentos, as roupas, a moradia e outras necessidades que o operário tem para manter a si e sua família, reproduzindo assim a sua própria força de trabalho, além de reproduzir a força de trabalho dentro da sociedade através de seus filhos. Nas palavras de Marx (1982, p.161), "o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho".

Todavia, o salário pago a um trabalhador corresponde ao uso que o patrão faz dele por determinado espaço de tempo. Todo o trabalho que é realizado nesse espaço de tempo pertence ao patrão, que comprou o direito de desfrutar dele ao contratar o empregado. Se um trabalhador, por exemplo, precisa de seis horas diárias de trabalho para produzir o valor

correspondente ao valor de sua força de trabalho (ou seja, ao que é necessário para sua manutenção e reprodução), as demais horas trabalhadas por ele se constituirão como sobreproduto do seu trabalho, ou numa expressão tipicamente marxista: mais-valia.

A taxa de *mais-valia* dependerá, se todas as outras circunstâncias permanecerem invariáveis, da proporção existente entre a parte da jornada que o operário tem que trabalhar para produzir o valor da força de trabalho e o *sobretempo* ou *sobretrebalho* realizado para o capitalista. Dependerá, por isso, da proporção *em que a jornada de trabalho se prolongue além do tempo* durante o qual o operário, com o seu trabalho, se limita a reproduzir o valor de sua força de trabalho ou a repor o seu salário.. (MARX, 1982, P.164)

Ao tratar do funcionamento do lucro no sistema capitalista, Marx explica que ele só pode ser produzido a partir do trabalho. Não se trata, como acredita o senso comum, de simplesmente acrescentar um determinado valor ao preço da mercadoria e chamar esse valor de lucro. O verdadeiro lucro surge a partir da mais-valia, do montante de trabalho não pago em forma de salário e, portanto, apropriado pelo empregador. Dessa forma, o capital, como origem de toda a produção capitalista, se configura como um instrumento para concentrar, organizar e extrair do trabalho a sua riqueza. Nas palavras de Marx (1982, p. 190), "um instrumento de pescar trabalho alheio".

É das mais-valia que vem o lucro do empregador capitalista, bem como os juros dos bancos e outros agentes de empréstimos e as rendas da terra em forma de impostos e outros interesses. Dessa maneira, no pensamento marxista a mais-valia adquire papel fundamental nas relações econômica, sociais e políticas entre a classe trabalhadora e a burguesia e o estado que a representa. Na sociedade capitalista, salários e mais-valia se movimentam sempre em proporção inversa: quando os salários aumentam, a mais-valia decresce ao passo que as diminuições de salários levam a aumento da mais-valia.

Embora o trabalho gratuito para um senhor já estivesse presente no feudalismo, Marx explica que a grande diferença entre a antiga forma de apropriação do trabalho e a atual é que o servo antigo tinha plena consciência da divisão entre o trabalho que realizava para si, em suas terras e de cujo produto poderia se beneficiar integralmente, e o trabalho que realizava para o senhor, nas terras dele e de cujo produto ele era dono e nada cabia ao servo; já o operário acredita que o salário que recebe corresponde a todo o valor do seu trabalho e não a uma parte do valor de sua força de trabalho, à qual se acrescenta a mais-valia.

Com isso Marx demonstra o papel determinante do salário e da própria essência do trabalho assalariado na situação de pobreza da classe trabalhadora. É o salário que limita a capacidade do trabalhador de adquirir aquilo que necessita para viver. Se tal limitação se eleva ao nível da carestia é devido ao reduzido preço do trabalho, única mercadoria disponível ao trabalhador para venda, independentemente do valor do produto que ele produz em seu tempo de trabalho.

3.3 SOCIEDADE DIVIDIDA EM CLASSES

A concepção marxista da sociedade capitalista difere fundamentalmente dos princípios individualistas defendidos pelos pensadores liberais. O cerne da divergência consiste na negação por parte de Marx de um indivíduo humano primordial isolado na natureza que parte em direção à sociedade através de contratos que reduzem sua liberdade, mas oferecem benefícios para sua sobrevivência e manutenção.

Marx não apenas rejeita tal concepção como também enxerga nela a raiz dos sistema de valores necessário para a própria existência da sociedade burguesa que atingiria sua maturidade a partir do século XIX.

O caçador e o pescador, **individuais e isolados**, de que parte Smith e Ricardo, pertencem às pobres ficções das robinsonadas do século XVIII. (...) Os profetas do século XVIII (...) imaginam esse indivíduo do século XVIII (...) como um ideal, que teria existido no passado. Vêem-no **não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da História**, porque o consideravam como um indivíduo conforme a natureza – dentro da representação que tinham da natureza humana –, que não se originou historicamente, mas foi posto como tal pela natureza. (MARX, 1982, p. 3 e 4)

Para Marx, o homem já nasce em relação de dependência para com outros indivíduos, seja na família, na tribo (que ele chama de "família ampliada") ou nas diversas formas de comunidade e sociedade posteriores. A ideia de indivíduo, portanto, só é possível na sociedade burguesa, quando as relações sociais passam a se apresentar ao homem como "simples meio de realizar seus fins privados" (MARX, 1982, p.4).

Essa perspectiva coloca como problema central a exploração do trabalho alheio e o acúmulo de riquezas nas mãos de uma classe dominante reduzida sob o capitalismo. Não cabe no pensamento de Marx, portanto, qualquer noção individualizada do trabalhador ou de

sua responsabilidade por seu próprio destino econômico como se vê nos escritos de seus contemporâneos liberais.

Da noção marxista de divisão do trabalho, explicada anteriormente, deriva também a noção de classes e Estado. A propriedade privada e os ofícios produziram estamentos sociais privilegiados que passaram a expressar politicamente seu poder econômico através do Estado.

No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro) – e, ligada a isso, surge uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens e que, expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes; uma classe que configura a maioria dos membros da sociedade e da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista, que também pode se formar, naturalmente, entre as outras classes, graças à percepção da situação dessa classe (MARX; ENGELS, 2007, p. 41).

Assim, a divisão da sociedade em classes e o trabalho alienado se tornam o centro do pensamento marxista acerca da condição do operário do século XIX, fosse na Inglaterra, onde a Revolução Industrial já havia alcançado pleno desenvolvimento, ou na Alemanha, onde a industrialização ainda se encontrava em estado embrionário.

Após a morte de Marx, Engels dedica um trabalho inteiro a uma análise histórica do processo que levou à formação do Estado moderno: A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Para buscar as origens dessa instituição, o autor volta às origens da família e, novamente, à própria divisão do trabalho como fator fundamental para a produção da atual sociedade dividida em classes.

Isso porque foi essa divisão do trabalho que tornou a força de trabalho humana capaz de produzir muito mais do que o necessário para sua sobrevivência. Ao mesmo tempo, esse aumento da produtividade criou a necessidade de aumentar a força de trabalho disponível. Na antiguidade, esse acréscimo se dava através da guerra e conseqüente captura de escravos. A escravidão se configurou, portanto, como a primeira grande divisão social do trabalho e teve como produto direto a divisão da própria sociedade em duas grandes classes: senhora e escravos, isto é, exploradores e explorados (ENGELS, 1984, p. 181).

A busca por novos escravos e também pela pilhagem das riquezas de povos vizinhos tornou a guerra e a organização para a guerra atividades regulares na vida dos povos antigos.

Isso exigiu a constituição de chefes militares permanentes, bem como de assembleias e conselhos para organizar a sociedade. No entanto, segundo Engels, a guerra de rapina aumentou grandemente o poder do chefe militar e dos chefes abaixo dele, o que forneceu as bases do que mais tarde se constituiria como a monarquia e da nobreza hereditárias.

Os antagonismos entre as classes já não podiam ser conciliados como no princípio, mas, ao contrário, precisavam ser levados até seus extremos.

Uma sociedade desse gênero não podia subsistir senão em meio a uma luta aberta e incessante das classes entre si, ou sob o domínio de um terceiro que, situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta de classes no campo econômico, numa forma dita legal. O regime gentilício já estava caduco. Foi destruído pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes, e substituído pelo Estado. (ENGELS, 1984, p. 190).

Portanto, é um produto da própria sociedade, que não é imposto a ela de fora para dentro, mas que surge das contradições internas e irremediáveis dessa própria sociedade, dos antagonismos entre as classes que já não podem ser conciliados. Mas Engels, em conformidade com o pensamento de Marx, explica ainda que o Estado não é uma instituição neutra onde os conflitos da sociedade podem ser debatidos e resolvidos politicamente sem a interferência das diferenças de poder econômico.

Nascido da necessidade de conter os antagonismos de classe e gerado a partir desses antagonismos, o Estado pertence à classe mais poderosa, ou seja, a classe economicamente dominante. Através do Estado, essa classe economicamente dominante se transforma também em classe politicamente dominante e passa a deter novas formas de explorar as classes que estão abaixo de si, bem como reprimi-las.

Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (ENGELS, 1984, p. 194)

No processo compreendido por Marx e Engels como luta de classes, burgueses e proletários travam uma disputa constante por parcelas da riqueza produzida sob o modo de produção capitalista. De modo geral, o trabalhador está em posição inferior nesta disputa e precisa constantemente lançar mão de greves a fim de obter aumentos de salários.

À medida que uma das classes adquire direito a uma parcela maior da riqueza produzida na sociedade, a outra classe necessariamente perde a parcela correspondente. O valor dos salários, embora determinado pelo mercado que atribui ao trabalho preço como a uma mercadoria, não é fixo nem está regido por uma lei universalmente necessária. Do contrário, trata-se de uma relação social fundada na dominação de uma classe por outra.

(...) se o limite dado da soma de salários depende da *simples vontade* do capitalista, ou das proporções de sua avareza, trata-se de um limite arbitrário, que nada tem em si de necessário. Tanto pode ser modificado *pela vontade* do capitalista, como também se pode fazê-lo variar *contra* a sua vontade. (MARX, 1982, P.139)

Dessa forma, os baixos salários que são causa objetiva da pobreza de grande parte da classe trabalhadora têm como raiz o elevado volume de riquezas obtidas pela classe burguesa através da mais-valia. As proporções entre salário e mais-valia não são fixas, mas dependem do equilíbrio de forças na luta entre as classes em disputa.

O princípio econômico da mais-valia é fundamental para compreender a concepção marxista de luta de classes aplicada à sociedade capitalista. Se os salários e lucros estão sempre em oposição, as lutas operárias através de greves e outras ferramentas políticas que buscam elevar os salários estão diretamente afetando o montante da mais-valia e a taxa de lucro. Isso naturalmente coloca trabalhadores e patrões em oposição, cada qual tentando aumentar o valor que lhe cabe na produção de riquezas dentro do sistema econômico.

No entanto, Marx defende que há uma diferença fundamental entre a luta dos trabalhadores pelo aumento de seus salários e a luta dos capitalistas pelo aumento de seu lucro. Enquanto os primeiros querem não mais que superar o estágio de mera sobrevivência em que vivem, os segundos desejam apenas acumular riquezas muito além da quantidade que necessitam.

Nas tentativas para reduzir a jornada de trabalho (...) ou (...) nas tentativas para contrabalançar o trabalho excessivo por meio de um aumento de salário (...), os operários (...) limitam-se a refrear as usurpações tirânicas do capital. O tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições etc. está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destruída e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. **E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio, lutará sempre, implacavelmente, e sem contemplos, para conduzir toda a classe operária a esse nível de extrema degradação.** (MARX, 1982, P.177)

O escravo obtém uma quantidade constante e fixa de meios de subsistência; o operário assalariado, não. Ele não tem outro recurso senão tentar impor, em alguns

casos, um aumento dos salários, ainda que seja apenas para compensar a baixa em outros casos. Se espontaneamente se resignasse a acatar a vontade, os ditames do capitalista, como uma lei econômica permanente, compartilharia de toda a miséria do escravo, sem compartilhar, em troca, da segurança deste. (MARX, 1982, p. 179)

Mas a luta de classes não se trava apenas no campo econômico, ela inevitavelmente se manifesta também no terreno da política. Retornando ao trabalho de Engels, vemos que ele coloca a república democrática como a mais elevada forma de Estado, mas também como o campo de batalha onde pode ser travada "a última e definitiva batalha entre o proletariado e a burguesia" (ENGELS, 1984, p. 194).

Embora não reconheça formalmente as diferenças de riqueza para fins de direitos, essa forma de Estado permanece como instrumento da classe dominante, mas dessa vez através de uma influência indireta e, portanto, mais segura. Por outro lado, o sufrágio universal é considerado por Engels a forma direta de dominação da classe possuidora.

Isso porque a classe trabalhadora, ainda incapaz de realizar sua emancipação, deposita sobre o sistema democrático sua confiança. Mesmo que, à medida que amadurecem enquanto classe, os trabalhadores passam a se organizar sob a forma de um partido e eleger seus próprios representantes, eles o fazem dentro dos limites da democracia burguesa. A real emancipação dos trabalhadores, portanto, não pode se dar dentro desses limites, mas para além deles.

O estreitamento da relação de Marx e Engels com a Liga dos Justos, que ambos conheceram no exílio em Paris, orientou seu pensamento cada vez mais em direção à ação política, principalmente no que diz respeito à organização do movimento de trabalhadores que se encontrava em franca expansão naquele momento.

A consequência mais importante desse processo foi a produção do Manifesto Comunista (1998), uma encomenda da própria Liga aos autores. Às vésperas da grande onda revolucionária que varreu a Europa na metade do século XIX, Marx e Engels elaboraram um documento em que expunham suas ideias da maneira mais clara e direta possível, ao mesmo tempo em que conclamavam o proletariado à unificação para uma batalha potencialmente decisiva contra as classes dominantes.

No Manifesto, Marx e Engels tratam o proletariado não como mera vítima passiva e indolente das mazelas produzidas por um sistema que os oprime, mas como classe detentora

de um poder político poderoso capaz de enfrentar o sistema e mudar radicalmente os rumos da história.

Embora a Revolução Francesa já tivesse demonstrado o poder do povo em fúria contra os privilégios dos seus senhores, permanecia a noção herdada do pensamento cristão do pobre como indivíduo digno de pena e caridade, completamente impotente diante dos males que o afligem. A própria Revolução Francesa, aliás, havia trazido para o centro do poder político a burguesia, que encerraria sua fase revolucionária a passaria a se comportar de modo tão ou mais perverso que os nobres do *ancien régime*.

A concepção de luta de classes desenvolvida por Marx e Engels e exposta no Manifesto demonstra que, a cada revolução, uma nova classe dominante se eleva a partir da derrota da anterior. Embora tais movimentos representem uma adequação das estruturas de poder à nova realidade material que já despontava, isto é, a realidade econômica, eles não apagam por completo as contradições que levaram à queda os regimes que lhes precederam.

Assim, uma nova classe advinda do seio da revolução ocupa o lugar de classe dominante deixado pela classe derrotada e passa ela própria a criar mecanismos físicos e legais para assegurar seu domínio sobre todas as outras classes.

Por isso os autores compreendiam o proletariado como única classe capaz de fazer uma revolução definitiva, já que, como afirmou Marx (2010), possui “um caráter universal mediante seus sofrimentos universais” e não reivindica “nenhum direito particular porque contra ela não se comete uma injustiça particular, mas a injustiça por excelência”.

O proletariado, uma vez que ascendesse ao poder, não seria capaz de tornar subalternas outras classes, uma vez que ele próprio é a classe mais subalterna possível. Assim, sua revolução seria a revolução que libertaria definitivamente o homem de todas as amarras do domínio político-econômico e criaria um novo período de liberdade e plena realização do potencial humano.

A pobreza, portanto, seria superada não pela ação individual, seja através do esforço pessoal para acumular riquezas ou da caridade, mas pela ação coletiva em direção à superação de suas causas estruturais. O Estado burguês, por sua característica e configuração de classe, não poderia assumir qualquer papel na aniquilação da pobreza dos trabalhadores,

mas deveria ser substituído por um novo Estado proletário que aos poucos desapareceria no caminho em direção ao socialismo.

4 ALEXIS DE TOCQUEVILLE

Embora fosse pauta frequente dos movimentos operários que surgiam no início do século XIX, principalmente o cartismo e o socialismo, a pobreza crescente entre os países de industrialização mais avançada despertou a atenção também de autores liberais. Por um lado, havia o interesse científico de compreender o fenômeno que já não podia ser ignorado e pouco a pouco se tornava pauta constante nas discussões políticas e sessões parlamentares.

A pobreza era tema principal não apenas porque despertava o temor da burguesia de que a massa de famélicos pudesse se voltar contra os poderes constituídos, mas também porque colocava em questão a capacidade do próprio sistema político nascido após as revoluções liberais, principal a francesa, de resolver os mesmos problemas que fizeram o povo se levantar contra a aristocracia e o absolutismo.

Dentre os que se ocuparam do tema, um dos mais célebres foi Alexis de Tocqueville (1805-1859). Com título de visconde, Tocqueville tinha origem na aristocracia francesa e teve seu bisavô guilhotinado durante a Revolução Francesa. Com a Restauração, a família foi salva da execução e seu pai assumiu um cargo no executivo como prefeito de um distrito.

Em 1831, Tocqueville recebeu do governo francês a missão de visitar os Estados Unidos da América a fim de estudar seu sistema prisional. Durante os nove meses em que esteve no país, viajando por diversos estados e conhecendo as várias nuances da sociedade americana, Tocqueville tomou notas e registros que mais tarde viriam a formar o livro *A Democracia na América* (2019).

Nessa obra, Tocqueville faz observações e reflexões profundas acerca da sociedade americana, seus sistema político e sua economia. Também se ocupa de comparar a democracia liberal americana e o sistema político francês, ainda conturbado após a revolução de 1830. Suas conclusões permitem compreender de forma bastante clara o pensamento de Tocqueville sobre temas como liberdade, igualdade e democracia.

Mais tarde, em 1835, Tocqueville faz uma viagem à Inglaterra e à Irlanda para tratar sobre o sistema público de assistência conhecido como Lei dos Pobres. A partir de suas

anotações, entrevistas e reflexões sobre essa viagem, Tocqueville escreveu um pequeno texto intitulado "Ensaio sobre a pobreza". Seu objetivo principal nesse escrito era buscar respostas à aparente contradição entre a riqueza de países como Inglaterra e França e seu grande número de "indigentes".

O autor também escreveu sobre o que havia testemunhado acerca da pobreza na Inglaterra e na Irlanda durante sua viagem, o que rendeu uma série de notas publicadas posteriormente. Em suas "impressões sobre a Inglaterra", ele destaca que "A situação da pobreza é o problema mais profundo da Inglaterra. O número de pobres cresce aqui a uma proporção alarmante (...)"⁴ (TOCQUEVILLE, 1958, 72).

Para nosso trabalho, as reflexões de Tocqueville têm importância na medida em que fundamentam boa parte do pensamento liberal acerca das origens da pobreza e da desigualdade em sociedade democráticas. Sua contribuição é relevante até hoje no meio liberal brasileiro, principal responsável pela publicação de sua obra no país.

Por outro lado, o autor faz um contraponto interessante à obra de Marx e Engels acerca de praticamente os mesmos temas, permitindo compreender o processo de formação do pensamento social a partir de tradições políticas completamente opostas.

Para Raymond Aron,

[Tocqueville] opõe-se aos sociólogos considerados como clássicos, Auguste Comte ou Marx, pela rejeição das sínteses amplas, que pretendem prever o curso da história. Não acredita que a história passada tenha sido determinada por leis inexoráveis e que os acontecimentos futuros estejam predeterminados. Como Montesquieu, Tocqueville deseja tomar a história inteligível, não quer suprimi-la. (ARON, 2000, p. 236)

⁴*"The state of the poor is the deepest trouble of England. The number of paupers is increasing here at an alarming rate (...)"*

4.1 DEMOCRACIA E IGUALDADE

Em “A Democracia na América”, Tocqueville (2019) descreve com riqueza de detalhes os elementos componentes da sociedade norte-americana que, segundo ele, garantiriam um nível de “igualdade de condições” sem precedente e que em sua opinião logo a Europa também iria experimentar.

A oposição entre os tipos ideais “sociedade democrática” e “sociedade aristocrática” é um elemento constante em toda a obra de Tocqueville e especialmente importante em suas reflexões sobre a democracia na América. É a partir dessa oposição que o autor vai traçar as comparações entre as duas sociedades. De um lado, a aristocrática da qual ele é originário e cujas transformações de que é testemunha podem levá-la em direção à democracia plena. Do outro, uma sociedade que já nasce democrática e muito cedo rompe os laços com a aristocracia, o que abre caminho para um desenvolvimento no qual as demais sociedades só podem se espelhar.

É interessante notar que, embora não fosse um adepto do socialismo e o próprio marxismo ainda estivesse em fase inicial de gestação quando produziu sua obra, Tocqueville observa os mesmos fenômenos que Marx e Engels e retira deles conclusões que por vezes o aproximam da concepção de luta de classes. Para Tocqueville, no entanto, era a nascente democracia burguesa que traria as respostas para as questões que há muito rondavam a política do Velho Continente e a Revolução Francesa havia colocado na mesa de modo irrevogável. A democracia, para ele, era uma potência inescapável:

Quando percorremos as páginas de nossa história, não encontramos, por assim dizer, grandes acontecimentos que nos últimos setecentos anos não tenham revertido em benefício da igualdade.

(...)

Se, a partir do século XI, examinardes o que acontece na França de cinquenta em cinquenta anos, não deixareis de perceber que, ao fim de cada um desses períodos, uma dupla revolução se operou no estado da sociedade. O nobre terá baixado na escala social, o plebeu terá sido elevado; um desce, o outro sobe. Cada meio século os aproxima, e eles logo se tocarão.

E isso não é apenas particular à França. Para onde quer que olhemos, perceberemos a mesma revolução que se prolonga em todo o universo cristão.

(...)

O desenvolvimento gradual da igualdade das condições é um fato providencial, possui as principais características de um: é universal, duradouro, escapa cada dia

ao poder humano; todos os acontecimentos, como todos os homens, servem a seu desenvolvimento. (TOCQUEVILLE, 2019, p. 15-16)

No entanto, à medida em que reconhece a potência democrática e sua marcha indelével sobre a história mundial, Tocqueville também questiona aonde vai a recém-nascida democracia ocidental. Para ele, nem mesmo o poder dos burgueses e ricos será capaz de freá-la, mas seu destino ainda é incerto.

Para Tocqueville (2019, p.17-18), “o desenvolvimento gradual e progressivo da igualdade é tanto o passado quanto o futuro” da história humana. No entanto, ainda era preciso “domar” a democracia para garantir que suas forças fossem utilizadas para o progresso e o bem comum da humanidade. Tomando como exemplo a França, onde considera que a democracia foi “abandonada a seus instintos selvagens” e cresceu “como essas crianças privadas dos cuidados paternos, que se educam sozinhas nas ruas de nossas cidades”, Tocqueville faz a defesa de uma democracia que penetrasse profundamente nas leis, nas ideias, nos hábitos e nos costumes da sociedade.

Essa democracia estaria apoiada na compreensão geral de que a lei é obra de todos, que “a amariam e se submetiam a ela sem custo”. Dessa maneira o próprio antagonismo entre as classes estaria superado, já que “tendo cada um os seus direitos, e a garantia de conservar seus direitos, surgiria entre todas as classes uma confiança vigorosa e uma espécie de condescendência recíproca, tão distante do orgulho quanto da baixeza” (TOCQUEVILLE, 2019, p. 19).

No entanto, a França estaria presa em uma encruzilhada onde as tradições do Antigo Regime haviam sido destruídas sem que fossem substituídas por novas tradições genuinamente democráticas capazes de garantir todos os benefícios que a igualdade poderia proporcionar. Destruída a aristocracia, parecia não haver o que construir sobre seus escombros. O avanço revolucionário da democracia liberal, em vez de se apoderar gradualmente da sociedade, teria para Tocqueville levado a um estado de confusão bastante difícil de superar.

Em contraponto, o autor vê na América uma democracia desenvolvida em liberdade, sem a necessidade de lutar diretamente contra as estruturas da aristocracia. Isso permitiu a ela se desenvolver juntamente com os costumes e de forma pacífica, dentro da lei.

Em parte, esse fenômeno se dá, segundo Tocqueville, pelo fato de o rompimento das colônias norte-americanas com o poder colonial inglês ter se dado de forma mais completa no terreno material antes de ser referendada no terreno legal. Em comparação com a França, ao contrário, a vitória sobre o antigo regime se deu mais completamente no campo legal e ainda luta para se estabelecer no terreno da propriedade e das relações econômicas.

Embora o estado social dos americanos seja ainda mais democrático que o nosso, nossas leis são mais democráticas que as deles. É mais fácil explicar isso do que parece: na França, a democracia ainda está ocupada em demolir; na América, ela reina tranquilamente sobre ruínas. (TOCQUEVILLE, 2019, p. 210)

Em uma reflexão acerca do apreço que os povos democráticos guardam pela igualdade e pela liberdade, Tocqueville afirma que a primeira tem prioridade em relação à última. Isso porque a igualdade, e não a liberdade, seria o “pensamento-mãe” que forma o caráter distintivo do que o autor chama de “séculos democráticos”.

Além disso, os homens estariam dispostos a abrir mão de partes consideráveis de sua liberdade, mas não têm a mesma disposição em relação à igualdade. Para eles, a igualdade é muito mais facilmente percebida que a liberdade e suas benesses podem ser usufruídas de modo pleno na vida cotidiana. Portanto, “acreditam que ela deve durar para sempre” (TOCQUEVILLE, 2019, p.618).

Tocqueville aponta ainda que a igualdade precede a liberdade na maioria das nações de sua época, uma vez que os ideais de liberdade só começaram a nascer e se desenvolver quando as condições se tornaram mais iguais. A igualdade, portanto, já estava enraizada nos hábitos e costumes enquanto a liberdade surgia ainda no campo das ideias e dos gostos.

Penso que os povos democráticos têm um gosto natural pela liberdade; entregues a si mesmos, buscam-na, amam-na e sofrem ao serem afastados dela. Mas eles sentem pela igualdade uma paixão ardente, insaciável, eterna, invencível; querem a igualdade na liberdade e, se não podem obter a segunda, ainda querem a primeira na escravidão. Suportarão a pobreza, a servidão, a barbárie, mas não suportarão a aristocracia. (TOCQUEVILLE, 2019, p. 620)

A compreensão de Tocqueville acerca da relação entre democracia e igualdade, no entanto, é permeada por uma tensão constante em que os dois conceitos parecem se ameaçar à medida em que se desenvolvem.

Dessa maneira, Tocqueville considera que o individualismo que se desenvolve e se aprofunda no ambiente democrático leva os indivíduos a se ocuparem cada vez mais das

esferas privadas de suas vidas, agindo com indiferença para os problemas e deveres da esfera cívica. A consequência desse distanciamento seria a emergência de um novo tipo de dominação política que, ao contrário da imposição clara do poder exercida pelo feudalismo, se mostra muito mais branda e condena a sociedade a um subdesenvolvimento político.

Para garantir a liberdade, seria necessário garantir e manter a participação constante dos cidadãos na esfera pública. Essa participação, no entanto, tende a encolher à medida em que as relações sociais se tornam mais e mais privadas como consequência da sociedade igualitária defendida pelo autor.

Marcelo Jasmin chama essa tensão de "dilema toquevilleano":

o dilema toquevilleano se expressa na concepção de que a liberdade política na sociedade igualitária de massas (a “democracia” como Tocqueville a denomina) depende de uma práxis e de um conjunto de valores cujos pressupostos tendem a ser destruídos pelo desenvolvimento continuado das disposições internas à própria democracia. (JASMIN, 2013, p. 1)

4.2 PROPRIEDADE E LIBERDADE

Embora não reivindique o materialismo ao executar sua análise social, Tocqueville em dado momento lança mão de um princípio econômico como explicação fundamental para o salto democrático que os Estados Unidos viveram. Para o autor, as leis de sucessão, isto é, que regem como os bens serão partilhados entre os descendentes após a morte do proprietário, exercem um efeito equalizador em toda a sociedade se forem regidas pelo princípio da divisão igual entre os descendentes.

Isso porque as propriedades dessa maneira teriam uma tendência constante à diminuição e, conseqüentemente, à venda por parte de seus proprietários passadas algumas gerações. Tocqueville argumenta que, diferentemente das sociedades em que o direito de sucessão está baseado no direito de primogenitura, com a partilha igualitária é rompida a própria ligação entre as famílias e a propriedade rural.

Essa conexão com a terra e a propriedade rural é uma das bases mais importantes do feudalismo e do regime monárquico. Os próprios títulos de nobreza, principal distinção social a operar em uma sociedade aristocrática, possuem conexão direta com uma propriedade rural

e mesmo os servos e plebeus mais miseráveis, como vimos na discussão acerca das Leis dos Pobres, são instados a manter relações permanentes com o local em que nasceram.

Em suas Viagens pela Inglaterra (1958), já em 1833 o autor já havia observado o problema da pobreza naquele país e apontou como uma das causas principais o fato de que o número de pessoas que possuíam terras estava diminuindo em vez de aumentar. Como consequência, naquele país era corrente a ideia de que grandes propriedades de terra eram necessárias para desenvolver a agricultura e que a extrema desigualdade econômica era a “ordem natural das coisas” (p. 72).

Para Tocqueville, a quebra desse princípio é um dos pressupostos fundamentais para o tipo de liberdade livre e democrática que ele acredita se desenvolver na América. Não apenas a propriedade privada da terra está em constante decomposição graças às leis de sucessão, mas também os trabalhadores da terra têm liberdade de movimento para buscar novos padrões e, como foi o caso durante os períodos de avanço colonial mais acentuado como a “Marcha para o Oeste”, por exemplo, são instados a conquistar eles mesmos novas propriedades para si e suas famílias.

É curioso perceber como essa observação vai de encontro ao que é comentado por Marx (2013) a respeito da colonização empreendida pelas potências europeias em determinadas regiões do Novo Mundo — que ele classifica como “terras virgens colonizadas por imigrantes livres”. No capítulo 25, intitulado “A teoria moderna da colonização”, Marx explica a necessidade de transposição do sistema econômico vigente na metrópole para a colônia sob a pena de perda do controle político por parte das elites coloniais.

Em uma época de acumulação primitiva do capital, em que a posse da terra detinha a primazia da determinação de riqueza e posição social, as colônias apresentavam um desafio à ordem das classes dominantes uma vez que nelas o recurso fundante do domínio econômico era na verdade amplamente disponível.

Na Europa feudal, o controle da posse da terra havia sido por mil anos o fundamento de todo o poder aristocrático e, conseqüentemente, da dominação empreendida principalmente sobre a classe camponesa. De modo semelhante, a manutenção e defesa das terras sedimentava o sistema de alianças entre diferentes poderes nobiliárquicos, que mais

tarde iriam forjar as fronteiras dos estados nacionais que surgiram principalmente nos séculos XVIII e XIX.

Os países coloniais necessitavam, portanto, de ferramentas políticas e econômicas que fossem capazes de estabelecer e garantir o poder das classes dominantes também no além-mar. Na Inglaterra, maior potência colonial por muitos séculos, tal necessidade se manifestou na teoria da "colonização sistemática", desenvolvida por E. G. Wakefield.

Wakefield percebeu que nas colônias não era suficiente deter os mesmos elementos que na Europa configuravam um indivíduo como capitalista: dinheiro, máquinas e outros meios de produção. Faltava nas terras do Novo Mundo um elemento fundamental para o funcionamento e a própria existência do capitalismo: a classe proletária.

Em um dos exemplos citados por Marx (2013), Thomas Peel, dono de um consórcio dedicado à colonização da Austrália, levou para uma região próxima ao rio Swan £50 mil em recursos produtivos e 3 mil trabalhadores, entre homens, mulheres e crianças. Ao chegar na colônia, Peel ficou sem empregados sequer para servi-lo, pois todos haviam abandonado seus postos de trabalho para dedicar-se ao cultivo independente da terra e outras atividades de subsistência.

Recurso abundante, a terra permitia que os antigos proletários modificassem sua posição no sistema econômico e se tornassem camponeses livres. Enquanto o trabalhador é proprietário de seus próprios meios de produção (neste caso, a terra) e, dessa forma, pode acumular para si mesmo, o sistema capitalista e o seu modo de produção são simplesmente incapazes de existir. Fazia-se necessário, portanto, artificializar a posse da terra e criar meios legais e econômicos que dificultassem o acesso à posse fundiária por parte dos trabalhadores.

Segundo Marx,

Assim como o sistema protecionista, em seus primórdios, visava à fabricação de capitalistas na metrópole, a teoria da colonização de Wakefield — que a Inglaterra procurou, durante certo tempo, aplicar legalmente — visa à fabricação de trabalhadores assalariados nas colônias. (MARX, 2013, p. 836)

Tocqueville observa um aspecto importante da cultura americana que oferece um indício do processo de “fabricação de trabalhadores” mesmo após a libertação do jugo colonial. Pelo fato de não haver riquezas hereditárias, o trabalho reina como condição

“necessária, natural e honesta da humanidade” e não é visto de modo desonroso como acontecia entre as cortes aristocráticas europeias. Pelo contrário, o trabalho goza de tão alta estima que mesmo os ricos acreditam ter o dever público de dedicar seu tempo a qualquer coisa que não seja o ócio.

O trabalho de que o autor fala, segundo o próprio, é aquele que visa ao lucro. É importante esclarecer que a ideia que Tocqueville faz de lucro no texto é muito mais prosaica que aquela desenvolvida por Marx e Engels e faz menção apenas ao ganho de qualquer provento independente da mais-valia sobre ele realizada.

Como a busca pelo bem-estar é universal e as fortunas e heranças não são dadas como garantidas, o lucro é o principal motivador do trabalho na sociedade americana observada pelo autor.

A partir do momento em que, por um lado, o trabalho parece a todos os cidadãos uma necessidade honrada da condição humana, e em que, por outro, o trabalho é sempre visivelmente feito, em tudo ou em parte, tendo em vista o salário, o imenso espaço que separava as diferentes profissões nas sociedades aristocráticas desaparece. (TOCQUEVILLE, 2019, p. 679)

Outro aspecto interessante apontado pelo autor é o fato de que a democracia não apenas multiplica o número de trabalhadores, mas o faz principalmente nos setores do comércio e da indústria e menos na agricultura.

Tocqueville explica esse movimento pelo fato de que, em países democráticos, mesmo o homem mais rico costuma estar descontente com sua fortuna “porque se acha menos rico que seu pai e porque teme que seus filhos sejam menos que ele” (TOCQUEVILLE, 2019, p. 680). Enquanto a agricultura, por mais certos que sejam seus ganhos, oferece resultados muito lentamente e que só podem ser sentidos no longo prazo, a indústria e o comércio oferecem aos que buscam aumentar suas riquezas resultados mais rápidos e maiores.

Mesmo quando investem suas riquezas na agricultura, o fazem transpondo para ela o espírito dos negócios, cultivando principalmente o algodão e a cana de açúcar e comprando terrenos que mais tarde podem ser vendidos a bons preços quando as cidades crescerem e se urbanizarem.

Aqui cabe comentar que as observações realizadas por Tocqueville dão conta, a partir de um ponto de vista que privilegia as motivações pessoais e psicológicas, dos fenômenos apontados por Marx e Engels a partir da virada do século XIX e que significaram a vitória definitiva do capitalismo e, conseqüentemente, de suas formas de Estado e poder.

Embora o otimismo de Tocqueville seja por vezes desconcertante, ele se mostra muito atento ao fato de que, nos Estados Unidos, as mudanças que já podiam ser observadas na Europa se operavam com uma velocidade muito maior e a ideologia capitalista parecia encontrar um terreno muito mais fértil de desenvolvimento naquela sociedade que tão cedo se rebelou contra o poder aristocrático.

4.3 DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE

No "Ensaio sobre a Pobreza" que publicou em 1835, Tocqueville (2003) busca compreender as causas de um fenômeno que considera "extraordinário e, aparentemente, inexplicável": os países mais pobres da Europa são os que parecem ter o menor número de indigentes, enquanto aqueles considerados mais ricos têm maior número de pessoas condenadas à mendicância para sobreviver.

Tomando como base uma interpretação do desenvolvimento das sociedades humanas desde os primeiros agrupamentos até os seus dias, Tocqueville argumenta que, enquanto a escassez imperava e a quantidade de bens passíveis de aquisição era pequena, não havia qualquer sinal de desigualdade entre os homens.

A partir do surgimento da propriedade privada através do acúmulo de terras e do crescimento da produção agrícola graças às novas técnicas e à sedentarização, surge a abundância — que traz consigo "o gosto por outros prazeres, além das satisfação das necessidades físicas mais ordinárias".

À medida que o tempo passa, a população que cultiva o solo adquire novos gostos. A satisfação das necessidades básicas não é mais suficiente. O camponês, sem deixar seus campos, quer ter uma moradia melhor e melhores roupas. Viu os confortos da vida e os quer para si. (TOCQUEVILLE, 2003, p. 83 e 84)

Para o autor, é este novo impulso que leva os camponeses a abandonarem suas terras e buscarem trabalhos assalariados na indústria.

De forma a satisfazer estas novas necessidades, que o cultivo do solo não pode suprir, uma porção da população deixa, ano após ano, o trabalho agrícola pela indústria. (TOCQUEVILLE, 2003, p. 84)

Para Tocqueville, a consequência deste movimento foi o surgimento de uma "classe industrial" que, embora forneça à humanidade o conforto que a agricultura não é capaz de ofertar, está mais sujeita às crises econômicas. Da mesma maneira, uma vez que os "confortos" produzidos pela indústria são incorporados à vida cotidiana, estes tornam-se tão necessários quanto o próprio alimento. A pobreza estaria, portanto, ligada à escassez destes "confortos" que antes eram desconhecidos pela humanidade.

Assim, os pobres ingleses parecem mais ricos do que os pobres franceses, e os franceses parecem ricos aos olhos dos pobres espanhóis. O francês jamais possuiu aquilo que faz falta ao inglês. E assim por diante, à medida que descemos pela escala social. Entre os povos muito civilizados, a falta de uma infinidade de coisas causa a pobreza; em um estágio selvagem, a pobreza constitui apenas em não se encontrar algo para comer. (TOCQUEVILLE, 2003, p. 88)

Em sua tentativa de explicação, o autor utiliza como argumento central a ideia de que a pobreza percebida em maior proporção nos países de economia mais desenvolvida se deve simplesmente ao fato de que, quanto maior a abundância de bens e serviços em determinada sociedade, maior o desejo de consumo e, portanto, maior a "sensação" de pobreza diante da insatisfação deste desejo.

Em "A democracia na América", Tocqueville traz argumento semelhante durante uma reflexão sobre o que chama de "gosto pelo bem-estar" tão comum entre os habitantes daquele país. Em contraposição ao sentido de riqueza e pobreza ao qual estava habituado na Europa, ele mostra que uma sociedade em que a aristocracia jamais deitou raízes profundas e que muito cedo realizou uma revolução liberal, a própria relações dos homens com suas propriedades e a busca pela riqueza adquirem caracteres diferentes.

Nas nações em que a aristocracia domina a sociedade e a mantém imóvel, o povo acaba se acostumando à pobreza como os ricos, à sua opulência. Uns não se preocupam com o bem-estar material porque o possuem sem dificuldade; os outros não pensam nele porque perderam as esperanças de adquiri-lo e porque não o conhecem o suficiente para desejá-lo.

Quando, ao contrário, os níveis se confundem e os privilégios são destruídos, quando os patrimônios são divididos e a luz e a liberdade se espalham, a vontade de alcançar o bem-estar se apresenta à imaginação do pobre, e o medo de perdê-lo, ao espírito do rico. (TOCQUEVILLE, 2019, p. 653)

O surgimento de fortunas médias é, para o autor, um marco fundamental no surgimento dessa busca pelo bem-estar. É nessa classe intermediária que o desejo de enriquecer se encontra com algum lastro de possibilidades, uma vez que já não se veem às voltas com as necessidades fundamentais que ocupam a maior parte do tempo e da imaginação dos pobres, mas também não alcançaram o grau de opulência dos verdadeiros ricos aos quais podem lançar olhares de esperança e inveja.

Tocqueville faz também uma diferença entre a busca pelo bem-estar em sociedades aristocráticas, onde a riqueza é essencialmente transmitida por herança e adquire um ar soberbo e conservador, e em sociedades democráticas, onde acredita que se manifesta através de “uma paixão tenaz, exclusiva, universal, mas contida” (2019, p.656).

Essa diferença, novamente, o autor credita ao modo pelo qual as heranças são determinadas e transmitidas, sendo sempre dividida de modo igual entre os filhos e, conseqüentemente, diminuindo com o passar das gerações. A isso se soma o fato de que, nas sociedades democráticas, a maior parte dos ricos tem origem nas classes mais baixas e acreditam dever se submeter a elas. Isso faz com que mesmo os ricos nesses países tenham, na opinião do autor, gostos não muito diferentes dos populares.

Dessa forma, mesmo no país em que considera reinar a igualdade, Tocqueville observa uma inquietação provocada pela própria busca do bem-estar. Essa inquietação, segundo o autor, advém do fato de que, superadas as barreiras legais e de classe que traçam os destinos econômicos e sociais dos homens onde reina a aristocracia, as inúmeras possibilidades materiais a serem conquistadas dominam a mente dos homens, mas se chocam com uma realidade de concorrências universal muito mais acirrada.

Quando a desigualdade é a lei comum de uma sociedade, as desigualdades mais fortes não chamam a atenção de nosso olhar; quando tudo está mais ou menos nivelado, as mínimas desigualdades o ferem. É por isso que o desejo de igualdade

sempre se torna mais insaciável à medida que a igualdade aumenta.
(TOCQUEVILLE, 2019, P.662)

Dessa forma, vemos que Tocqueville se dedica à pobreza e à riqueza muito mais como um problema de percepção frente ao montante geral de riquezas disponíveis na sociedade e diante das possibilidades de alcançar incrementos de propriedade do que num fato concreto que corresponda necessariamente à realidade.

Embora jamais publicado, Tocqueville (2011) escreveu uma continuação para este ensaio, mais tarde denominada "Segundo escrito sobre a pobreza". Nela ele não menciona os argumentos do primeiro ensaio, aprofunda consideravelmente a reflexão sobre a formação da massa de trabalhadores industriais e busca as origens para sua miséria.

Assim como Engels faria mais tarde, o autor coloca a saída do campo como causa primária para o inchaço das cidades industriais. Ampliando o argumento do primeiro ensaio, Tocqueville afirma que "a classe industrial não cresce, portanto, somente de maneira natural e fragmentada de acordo com as necessidades da indústria, mas de forma repentina e artificial a partir da miséria das classes agrícolas (...)"⁵ (TOCQUEVILLE, 2011, p. 5).

Para o autor, esta miséria estava intimamente ligada à concentração de terra nas mãos de poucos proprietários, diminuindo a quantidade de braços necessários para cultivar a terra e facilitando as mudanças bruscas no modo de produção que levavam ao desemprego.

Para Tocqueville, a completa ausência de posse que não a de sua própria força de trabalho tornava os agricultores semelhantes aos proletários e era a raiz do comportamento "imprevidente" destes. Ele defende ainda que o contrário também é verdadeiro e a aquisição de uma pequena posse de terra, por menor que seja, é capaz de "mudar suas ideias e hábitos".

"Portanto, não é a pobreza que torna o agricultor imprudente e desorganizado (...). É a ausência completa de qualquer propriedade, é a dependência absoluta da sorte"⁶ (TOCQUEVILLE, 2011, p. 6).

⁵ *"La classe industrielle ne s'accroît donc pas seulement d'une manière naturelle et fragmentaire suivant les besoins de l'industrie, mais tout à coup et par un procédé artificiel suivant les misères des classes agricoles (...)."*

⁶ *"Ainsi donc ce n'est pas la pauvreté qui rend l'agriculteur imprévoyant et désordonné (...). C'est l'absence entière de toute propriété, c'est la dépendance absolue du hasard."*

Dessa forma, o autor defende que a pobreza no campo poderia ser facilmente combatida com a divisão das terras entre os camponeses e a diminuição da concentração de terras entre latifundiários. No entanto, para os trabalhadores industriais, essa solução não era possível de se realizar dentro do sistema capitalista, em que o capital necessariamente está concentrado nas mãos de poucos.

Além disso, o proletariado industrial está sujeito a acasos e revezes muito mais graves e frequentes que o "proletariado agrícola". Isso se dá devido às características da própria atividade industrial, que, pelo caráter "secundário" da necessidade das mercadorias que produz, é muito mais facilmente preterida à produção agrícola em tempos de crise.

Tocqueville oferece duas causas principais para as crises da economia industrial, ambas ligadas ao salário e ao consumo. A primeira delas é o aumento do número de trabalhadores sem que se aumente a produção, o que derruba os salários e provoca crise. A segunda é a redução da produção, que torna "inútil" uma parcela dos trabalhadores e leva a demissões.

Embora determinadas nações estejam mais sujeitas a esses fatores de crise, principalmente aquelas cuja economia é mais dependente das exportações, o autor considera que não há mecanismos dentro do capitalismo para equilibrar com segurança o número de trabalhadores e o volume da produção industrial. "Podemos, portanto, prever que as classes industriais serão, independentemente das causas gerais e permanentes de miséria que agem sobre eles, frequentemente sujeitas a crises"⁷ (TOCQUEVILLE, 2011, p. 10).

4.3.1 O PAPEL DO ESTADO: CARIDADE X POUPANÇA

A segunda parte do primeiro "Ensaio sobre a pobreza" se dedica à questão da caridade pública por parte do Estado.

⁷ *“On peut donc prévoir que les classes industrielles seront, indépendamment des cause générales et permanentes de misère qui agissent sur elles, soumises fréquemment à de crises.”*

Tocqueville (1958) já havia demonstrado grande preocupação com os supostos males causados por medidas oficiais de mitigação da pobreza em suas viagens pela Inglaterra e Irlanda. Em suas notas, o autor narra uma sessão de um tribunal em que pelo menos cinco pessoas se queixam de não receber a ajuda devida a partir dos impostos que eram cobrados para alívio dos pobres. Duas dessas pessoas eram mulheres que, tendo filhos considerados “ilegítimos”, procuravam o juiz para exigir sustento por parte do pai ou do Estado. Outros dois eram rapazes jovens capazes de trabalhar e o terceiro era um homem idoso bem vestido que se queixava da quantidade de ajuda recebida.

Para o magistrado, Lord Radnor, em conversa com Tocqueville (p. 52-53), uma das consequências morais da Lei dos Pobres foi a perda da vergonha em exigir o dinheiro a que tinham direito. Ele considerava que, não fosse a Lei dos Pobres, todos os queixosos seriam capazes de se sustentar por conta própria ou receberiam ajudas de familiares. No entanto, com a lei, eles deixavam para o Estado essa responsabilidade.

Tocqueville atribui parcialmente à Lei dos Pobres sua observação de que a pobreza é o problema mais profundo enfrentado pela Inglaterra. Ele conclui que a "caridade legal" desestimula os camponeses e trabalhadores a manterem seus empregos e buscarem "melhorias de vida". A ajuda aos pobres, portanto, deveria se limitar àquela que é realizada individualmente, sem qualquer vínculo com a estrutura do Estado, a fim de que se produzisse um sentimento de "gratidão" no assistido e não lhe surgisse a ideia de que tem direito à caridade.

Existem, no entanto, dois incentivos para o trabalho: a necessidade de viver e o desejo de melhorar as condições de vida. A experiência provou que apenas o primeiro pode motivar a maioria dos homens para o trabalho. O segundo só é eficaz sobre uma pequena minoria. Ora, uma instituição de caridade, aberta indiscriminadamente a todos os necessitados, ou uma lei que dá a todos os pobres o direito à ajuda pública, qualquer que seja a causa de sua pobreza, enfraquece ou destrói aquele primeiro estímulo e deixa intacto apenas o segundo. (TOCQUEVILLE, 2003, p. 94)

Em carta de 10 de abril de 1848 endereçada a Nassau William Senior, Tocqueville apresenta a mesma posição diante dos questionamentos de seu correspondente (1985, p. 206). O autor afirma não acreditar que uma “lei dos pobres” seria o remédio adequado para

superar a convulsão social que seu país vivia, já que, segundo ele, “em nenhum país e nenhuma época os trabalhadores estiveram em condição melhor do que na França”⁸.

Para Tocqueville, a grande insurreição que mais tarde seria conhecida como “Primavera dos Povos” (e em cuja antecipação Marx e Engels redigiram o Manifesto Comunista) era causada não pela necessidade, mas por ideias “quiméricas” sobre a relação entre trabalhadores e capital, teorias exageradas sobre o papel que o poder social desempenharia na relação entre senhores e empregados e doutrinas que teriam persuadidos uma multidão de homens de que cabia ao estado não apenas livrá-los de sua miséria, mas oferecer-lhes alívio e bem-estar (1985, p. 206-207).

Em outra carta, desta vez a Harriet Grote, datada de 24 de julho de 1850, Tocqueville cumprimenta a autora do panfleto que argumenta não ser possível aliviar a pobreza interferindo na santidade do direito à propriedade. Para o autor, Grote “defende os princípios constituintes sobre os quais nossa velha sociedade europeia descansa: a liberdade e a responsabilidade individual que é sua consequência, e acima de tudo a propriedade”⁹ (1985, p. 250-251).

Uma vez que o autor se posiciona radicalmente contra o que chama de "caridade oficial", resta-lhe responder no segundo ensaio a questão fundamental sobre como mitigar os efeitos da pobreza entre os trabalhadores industriais de maneira semelhante ao que foi realizado com os trabalhadores do campo a partir da distribuição das terras.

Uma das possibilidades levantadas por Tocqueville é a distribuição de parte do lucro das próprias empresas entre os trabalhadores. No entanto, o próprio autor demonstra que não há qualquer disposição para tal entre os industriais e que obrigá-los a tanto não seria uma medida eficaz.

A outra alternativa é a associação entre os próprios trabalhadores para a realização de empreendimentos comerciais. Embora tentativas semelhantes tenham fracassado nos anos anteriores à produção do ensaio, o autor acredita que as razões para tanto estejam justamente

⁸ “... *in no country, in no time, had the working classes been in a better condition than in France.*”

⁹ “... *defend the constituting principles on which our old Europe.an society rests, liberty and the individual responsibility that is its consequence, above all property.*”

na atitude "imprevidente" dos trabalhadores industriais e que, à medida que eles adquiram "maior esclarecimento", tais associações poderiam prosperar inclusive com o apoio do governo. Apesar de considerar a ideia frutífera, ele a julga imatura e vê a necessidade de medidas imediatas para o problema.

Resta, portanto, a poupança com base nos salários obtidos nas fábricas. Para Tocqueville, favorecer a poupança e oferecer meios de capitalizá-la é a única maneira de combater os males da concentração de renda e incutir entre os trabalhadores industriais os mesmos valores que ele considera ter sido adquiridos pelos camponeses quando da divisão das terras.

Apesar das ameaças que esse modelo de poupança apresenta, algumas das quais o autor analisa, ele considera que um sistema descentralizado de "bancos de poupança" seria capaz de oferecer a liquidez e a estabilidade necessárias para que a previdência dos pobres estivesse a salvo e, principalmente, o Estado não fosse afetado por um eventual saque em massa dos valores depositados.

4.4 A CONTRIBUIÇÃO DE TOCQUEVILLE

Tocqueville foi um dos primeiros não apenas a pensar e conceituar a pobreza, mas também a refletir sobre as possíveis soluções para o problema, bem como teorizar acerca do papel do Estado diante dos trabalhadores pobres. O momento em que produz seus escritos é bastante significativo e influencia fortemente as ideias por ele apresentadas.

Ao tratar da "caridade oficial", o autor traz à tona as deficiências do sistema de "leis dos pobres" existente na Inglaterra, onde a monarquia desde o fim da Peste Negra passou a editar decretos que visavam gerenciar a força de trabalho remanescente a fim de que não houvesse trabalhadores ociosos no campo. Liberal clássico, Tocqueville vê com maus olhos tais leis justamente por guardarem semelhanças com as leis do *ancien régime* francês e por estabelecerem como papel do Estado o que considera ser de responsabilidade individual.

O autor chega ao cerne da questão acerca da relação entre pobreza e propriedade quando compara os trabalhadores urbanos aos camponeses. Acertadamente, percebe que as melhores condições de vida dos camponeses se devem à divisão das terras quando da derrota da nobreza, mas ao propor divisão semelhante na indústria entra em um beco sem saída, já que a burguesia havia acabado de emergir como classe dominante.

Tratando das poupanças, o autor demonstra grande preocupação com a estabilidade do sistema bancário e do próprio Estado, uma vez que ele reconhece tratar-se de um período histórico convulsivo, onde poucas garantias podiam ser dadas. Daí a preferência por um sistema descentralizado com "bancos de poupança" espalhados pelas províncias em vez de concentrar todos os valores depositados em um só lugar.

A própria proposta de associações de trabalhadores industriais como forma de distribuir a propriedade conforme realizado no campo sofre influências semelhantes. Apesar de descartar a ideia, Tocqueville a considera frutífera num futuro próximo por considerar que a característica "monárquica" dos empreendimentos industriais deve abrir caminho para uma espécie de gestão coletiva aos moldes da república liberal recém-fundada: "Eu acredito que, em séculos democráticos como o nosso, a associação deverá, em todas as coisas, substituir pouco a pouco a ação predominante de alguns poucos indivíduos poderosos"¹⁰ (TOCQUEVILLE, 2011, p. 11).

¹⁰ *Je pense que dans des siècles démocratiques comme les nôtres, l'association en toutes choses doit peu à peu se substituer à l'action prépondérante de quelques individus puissants.*

CONCLUSÕES

Por que estudar a pobreza? Esse foi um dos questionamentos fundamentais surgidos logo no início da produção deste trabalho. A pobreza, como fenômeno social, é tão presente em nossas vidas e nas discussões da própria academia que qualquer novo estudo a seu respeito corre o risco de se tornar uma contribuição bastante tacanha diante de tudo o que já foi produzido e discutido.

Quando este trabalho foi iniciado, a pandemia de Covid-19 ainda não havia surgido. No entanto, os efeitos prolongados da crise financeira de 2008 no mundo e os anos de recessão entre 2014 e 2016 no Brasil já mostravam que o empobrecimento de uma grande camada da classe trabalhadora estava se aprofundando e as transformações em marcha prometiam trazer a desigualdade de volta para o centro do debate.

Esse processo foi fortemente catalisado pela pandemia, que muito rapidamente ruiu o que sobrava de conquistas sociais e econômicas na maior parte dos países subdesenvolvidos e devolveu à pobreza ou extrema pobreza muitos dos que haviam se somado às “novas classes” médias durante o boom econômico dos anos 2000.

Estudar a pobreza, portanto, é estudar um fenômeno bastante presente em nossa época e típico das sociedades capitalistas, sejam elas mais ou menos industrializadas. Mas se essa certeza responde à primeira pergunta, também nos leva imediatamente a um novo questionamento: porque estudar a pobreza a partir do pensamento social do século XIX?

A volta aos clássicos, ainda que todos concordem ser necessária de tempos em tempos, dificilmente se dá sem alguma resistência. Fica a impressão de que de alguma forma estamos “voltando no tempo” e dessa maneira negando as contribuições que foram feitas desde que esses clássicos foram publicados pela primeira vez.

Este trabalho procurou mostrar que os clássicos não são apenas fonte de esclarecimentos históricos acerca da origem do pensamento social, mas que eles podem ainda contribuir para a compreensão dos fenômenos que observamos atualmente e das formas pelas quais esse fenômeno é estudado, abordado e compreendido.

No caso da pobreza, voltar a Marx, Engels e Tocqueville significa voltar a um momento histórico em que a pobreza começou a “saltar aos olhos” e se tornar um problema concreto para a ciência social que nascia juntamente com a sociedade liberal burguesa que se constituía e buscava firmar seu poder.

Embora o momento histórico tenha sido superado e a pobreza tenha passado de grande novidade para um fato da vida cotidiana e tema constante da produção científica, as contribuições fundamentais daqueles autores permanecem relevantes justamente por buscarem as origens fundamentais do problema, suas raízes e causas primordiais.

Por outro lado, observar as diferenças entre Marx, Engels e Tocqueville (e, conseqüentemente, das tradições socialista e liberal) significa entender as formas pelas quais até os dias de hoje o problema da pobreza é abordado e compreendido tanto na academia quanto nos partidos, movimentos e demais organizações civis que compõem a vida social.

Em diversos momentos, durante a leitura dos textos, chegamos a nos espantar pela atualidade de certos termos, certas palavras e certas alcunhas endereçadas aos pobres e seu comportamento. As inferências sobre como essas supostas características elementares explicariam a própria condição de pobreza também podem ser facilmente encontradas em discursos políticos durante sessões do parlamento brasileiro, americano ou de países europeus.

Nesse sentido, voltar aos clássicos nos permitiu entender que, se o problema da pobreza não foi superado em nenhuma sociedade capitalista, os discursos e teorias que justificam sua existência também contêm elementos não superados da profunda desigualdade que marcou o século XIX e o ascenso do capitalismo.

No que diz respeito ao levantamento da obra dos autores com que trabalhamos, o processo também revelou uma grande desigualdade no volume de publicações e edições. Enquanto Marx e Engels têm praticamente toda sua obra traduzida para o português, em grande parte graças ao esforço da editora Boitempo, a obra de Tocqueville se encontra bastante fragmentada e é possível encontrar em português apenas seus livros mais aclamados, como *A Democracia na América*. Para os demais precisamos recorrer a edições em inglês e francês ainda não publicadas no Brasil.

Sobre os aspectos teóricos, podemos dizer que algumas conclusões se tornaram bastante surpreendentes. Desde o início, ao selecionar os autores com base na classificação de Raymond Aron, sabíamos que faziam parte de tradições teóricas bastante distintas e era justamente esse afastamento que nos interessava para melhor compreender nosso objeto, o pensamento social acerca da pobreza no século XIX.

Portanto, as inúmeras diferenças entre Marx, Engels e Tocqueville não seriam para nós motivo de surpresa. O que nos surpreendeu, no entanto, foram as aproximações teóricas entre os autores, ao ponto de em alguns momentos falarem praticamente a mesma coisa, mas a partir de fundamentos e tomando conclusões diferentes.

Acreditamos que essas aproximações mostram o valor científico dos trabalhos escolhidos. Ainda que as conclusões sejam divergentes, o que é absolutamente natural se levarmos em conta os compromissos políticos amplamente conhecidos de cada um dos autores, a observação da realidade e dos fenômenos trabalhados não foi prejudicada por esses compromissos.

Uma dessas aproximações está na compreensão acerca da origem da pobreza conforme observada nas sociedades europeias do início do século XIX: a migração em massa de camponeses para as cidades em busca de trabalho assalariado na indústria. Tocqueville credita essa movimentação a um “impulso” em busca de “novos gostos” ou uma “busca do bem-estar” que a vida no campo já não é capaz de oferecer. Marx e Engels demonstram que é a migração das manufaturas do campo para a cidade e o nascimento da própria indústria que esgota os empregos no campo e leva uma “massa de destituídos” para as cidades a fim de vender a única coisa que possuem: sua força de trabalho.

Ao refletir acerca da igualdade e dos processos políticos mais recentes de sua época, Tocqueville fala sobre um conflito entre classes onde “uma perde e outra ganha” e que teria como resultado, a cada novo salto político, uma aproximação entre as classes mais altas e mais baixas da sociedade. Esse é um dos aspectos que o autor mais admira em sua visita aos Estados Unidos, cuja sociedade ele considera a mais igual do mundo moderno justamente por causa da grande proximidade entre as classes e da igualdade de condições entre os indivíduos.

Para Marx e Engels, a luta de classes é um dos elementos fundamentais para compreender não apenas a sociedade capitalista mas todas as outras sociedades divididas em classe na história da humanidade. Essa luta teria sido concentrada e potencializada pelo capitalismo, que “resumiu” a sociedade em duas grandes classes antagônicas: a burguesia e o proletariado. É do choque entre essas classes que viria a revolução e consequente derrota da burguesia como classe dominante, substituída inicialmente pelo proletariado e posteriormente por uma sociedade sem classes.

A dimensão política da vida desses três autores se revela de maneira bastante clara em suas obras. Tocqueville, que durante anos serviu ao Estado francês e foi parlamentar por diversos mandatos, apega-se mais aos fenômenos imediatos e em momento algum propõe ou enxerga de forma benéfica uma ruptura com as instituições e os poderes constituídos. Marx e Engels, revolucionários que durante boa parte de suas vidas foram perseguidos e viveram na ilegalidade, deixam clara sua defesa de que o Estado burguês e o sistema capitalista precisam ser postos abaixo sem qualquer concessão.

Por fim, as noções de individualidade, democracia e liberdade que são amplamente defendidas e elogiadas por Tocqueville se colocam em permanente confronto com os conceitos de coletividade, revolução e alienação defendidos por Marx e Engels. Isso não significa que um autor deixou de refletir acerca das questões colocadas pelo outro, mas que a gênese de seus pensamentos os obriga a eleger determinados conceitos como fundamentais para compreender o mundo em que viviam e propor saídas para os problemas que observavam.

Longe de esgotar o tema, com este trabalho esperamos contribuir para a compreensão do pensamento acerca da pobreza no momento em que o próprio pensamento social nascia como resultado da necessidade de compreender e teorizar a nova sociedade capitalista. Acreditamos na importância dos clássicos para entender o mundo em que vivemos hoje, as teorias em disputa hoje e os caminhos que são colocados diante de nós hoje para a superação dos problemas que, ainda hoje, afligem a humanidade.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Jeffrey. **A importância dos clássicos**. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje. São Paulo: Unesp, 1999.
- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm> (acesso em 26/09/2021)
- GROTE, Harriet. **The case of the poor against the rich fairly considered**. Londres: Savill & Edwards, 1850. Disponível em: <https://catalogue.nla.gov.au/Record/3028920> (acesso em 04/07/2021).
- HOBBSAWM, Eric J. (Org.). **História do marxismo 1 - O marxismo nos tempos de Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- INGLATERRA. **Ordinance of Laborers, 1349**. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/seth/ordinance-laborers.asp> (acesso em 20/09/2020).
- INGLATERRA. **Poor Law Commissioners' Report of 1834**. Copy of the Report made in 1834 by the Commissioners for Inquiring into the Administration and Practical Operation of the Poor Laws. Presented to both Houses of Parliament by Command of His Majesty. Disponível em: <https://oll.libertyfund.org/titles/1461> (acesso em 18/10/2020).
- KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: que é “esclarecimento”?** In: Textos seletos. Petrópolis: Vozes, 1985.
- LÖWY, Michael. **A cidade, lugar estratégico do enfrentamento das classes**. In: Margem Esquerda, n.8. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. **O Capital - Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

Mar, Karl. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

QUIGLEY, William P. **Five Hundred Years of English Poor Laws, 1349-1834**: Regulating the Working and Nonworking Poor. *Akron Law Review*, Akron (Ohio), Vol. 30, N. 1, 1997.

SCHORSKE, Carl E. **Fin-de-siècle Vienna - Politics and Culture**. New York: Random House, 1981.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**: Mentis insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: Edição Integral. São Paulo: Edipro, 2019.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Ensaio sobre a pobreza**: Traduzido e Comentado. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Journeys to England and Ireland**. New Haven: Yale university Press, 1958.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Selected Letters on Politics and Society**. University of California Press, 1985.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Second mémoire sur le paupérisme*. [S. l.], 2011. Disponível em: <https://www.atramenta.net/lire/second-memoire-sur-le-pauperisme/24857>. Acesso em: 3 fev. 2019.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Reflexões acerca do conceito de exclusão**. In: SAWAIA, Bader (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.